



# SARDOAL

MUNICÍPIO



## Relatório de Gestão Ano 2021

# Índice

Nota Introdutória .....	4
Nota Prévia .....	4
Enquadramento .....	4
Principais resultados .....	5
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos.....	6
Introdução.....	6
<b>Trabalhadores por cargo/carreira .....</b>	<b>6</b>
<b>Trabalhadores por Género .....</b>	<b>7</b>
<b>Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego.....</b>	<b>7</b>
<b>Trabalhadores por Estrutura das Idades .....</b>	<b>8</b>
<b>Trabalhadores por estrutura habilitacional.....</b>	<b>8</b>
<b>Motivos de ausência por cargo / carreira .....</b>	<b>9</b>
<b>Horas de Formação por cargo / carreira .....</b>	<b>9</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>9</b>
Capítulo II – Reporting financeiro .....	10
1. Análise orçamental.....	10
1.1 Receita.....	12
<b>1.1.1 Receita própria.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2 Transferências obtidas .....</b>	<b>16</b>
1.2 Despesa .....	18
<b>1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2.3 Despesa com aquisição de serviços.....</b>	<b>24</b>
1.3 Resultado orçamental.....	24
1.4. Principais indicadores orçamentais .....	26
2. Análise económica-financeira .....	27
2.1. Balanço .....	27
2.2. Demonstração de resultados.....	31
2.3. Indicadores económico-financeiros .....	33
2.4. Equilíbrio orçamental .....	34
2.5. Endividamento Municipal .....	34
2.6. Dívida Global .....	35
<b>2.6.1 Prazo médio de pagamentos .....</b>	<b>36</b>
3.Contabilidade de Gestão.....	36
3.1. Análise de custos por funções .....	37

3.2 COVID-19 - Despesas vs receita não arrecadada .....	38
4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso .....	39
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	40
Capítulo III – Reporting de atividades.....	40
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica .....	40
1.2 Das Funções Sociais.....	41
1.3 Das Funções Económicas .....	45
1.4 Das Outras Funções.....	46
2. Grandes Opções do Plano.....	46
3. Principais Medidas Tomadas no âmbito do COVID-19.....	48

## Nota Introdutória

### Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2021, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

### Enquadramento

Considerando que o novo referencial, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que define todos os procedimentos para a prestação de contas públicas com intuito de:

- Ter uma visão **clara sobre os ativos e passivos**, incluindo os **passivos contingentes e outras fontes de riscos** orçamentais e económico-financeiros, das administrações públicas;
- Obter de um **conjunto adicional de indicadores**, para além do défice e da dívida, fundamentais para a monitorização do desempenho e compreensão da sustentabilidade das finanças públicas;
- **Responsabilizar os decisores** pelas consequências económico-financeiras, e não somente pelos efeitos de tesouraria, das decisões tomadas (avaliação do impacto no património líquido/net worth);
- Obter das contas nacionais a partir de ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas (**ótica do acréscimo**) em vez de ajustamentos a um saldo apurado **na ótica de caixa**, congruentemente com o objetivo do lançamento das EPSAS ao nível da União Europeia;

Sendo que, com este novo referencial, se espera que se obtenha os seguintes benefícios:

- Disponibilização de informação financeira e orçamental mais completa e mais relevante;

- Facilidade na consolidação de contas entre entidades do setor empresarial, não lucrativo e setor público;
- Aumento da comparabilidade nacional e internacional;
- Aumento da transparência na contabilidade e relato financeiro, o que se espera que beneficie o custo do financiamento;
- Melhoria da informação para as estatísticas nacionais (contabilidade nacional);
- Criação do Estado português como entidade que relata;

Assim depois do ano de 2020 ter sido o ano de implementação do SNC-AP, o ano de 2021, foi o da continuidade, tendo-se melhorado a informação a prestar.

Ainda e, com intuito em se responder aos impactos que a comunidade sardoalense têm vindo a sentir devido à pandemia provocada pela Covid-19, durante o ano de 2021, foi dado continuidade à aprovação das diversas medidas excecionais e temporárias para promover a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia.

Com isto, e tal como aconteceu no ano de 2020, o impacto da pandemia na atividade municipal fez-se sentir em várias dimensões, nomeadamente no exercício de competências, na estrutura das despesas e receitas e na adaptação operacional dos serviços.

Neste panorama, os desafios que se colocaram ainda no ano de 2021 tiveram um impacto muito relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

Assim podemos ainda concluir que o Município de Sardoal assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

Tal como no ano anterior, o presente relatório irá dividir-se em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento do ano 2021, bem como a situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

## Principais resultados

O Município do Sardoal em 2021, destacam-se os seguintes resultados:

- Taxa de execução da receita – **91%**;
- Taxa de execução da despesa – **89%**;
- Resultado Líquido do período **negativo - € 346 806,10**;

- **Diminuição** da Dívida Total - **€ 1 308 196,97;**
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **€ 0,00;**
- Prazo médio de Pagamentos – **48 dias;**

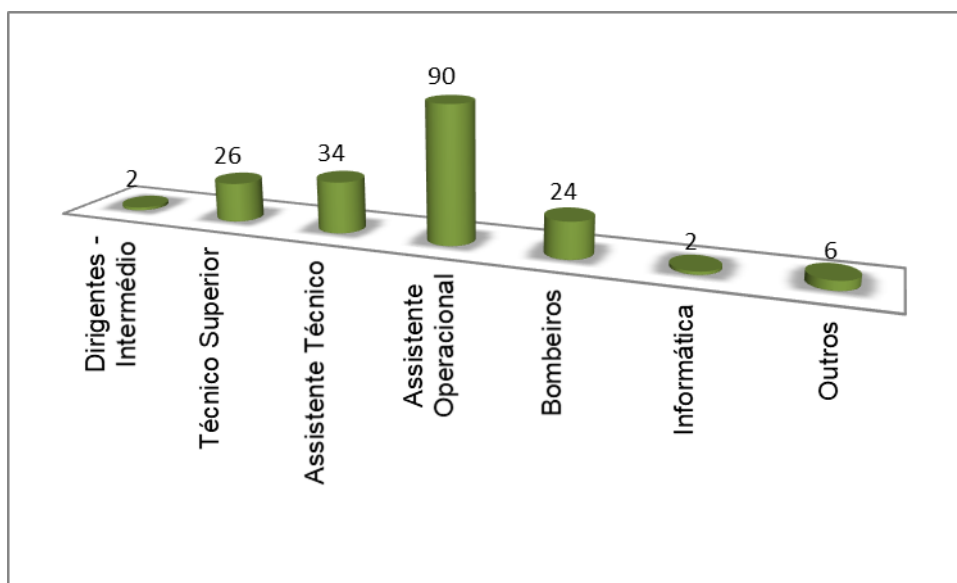
## Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

### Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

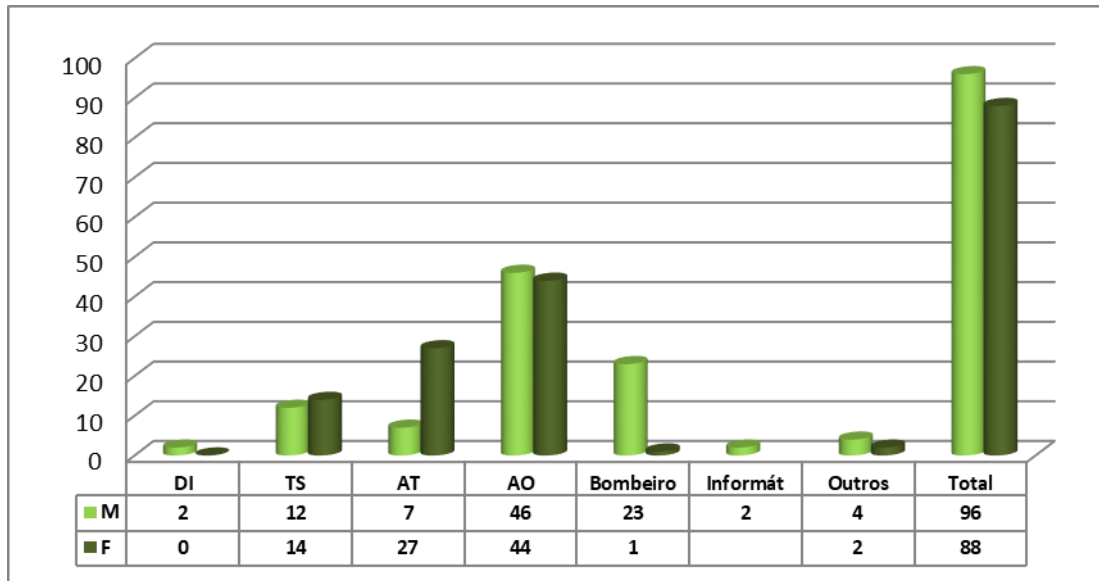
No atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

### Trabalhadores por cargo/carreira



**Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira**

## Trabalhadores por Género

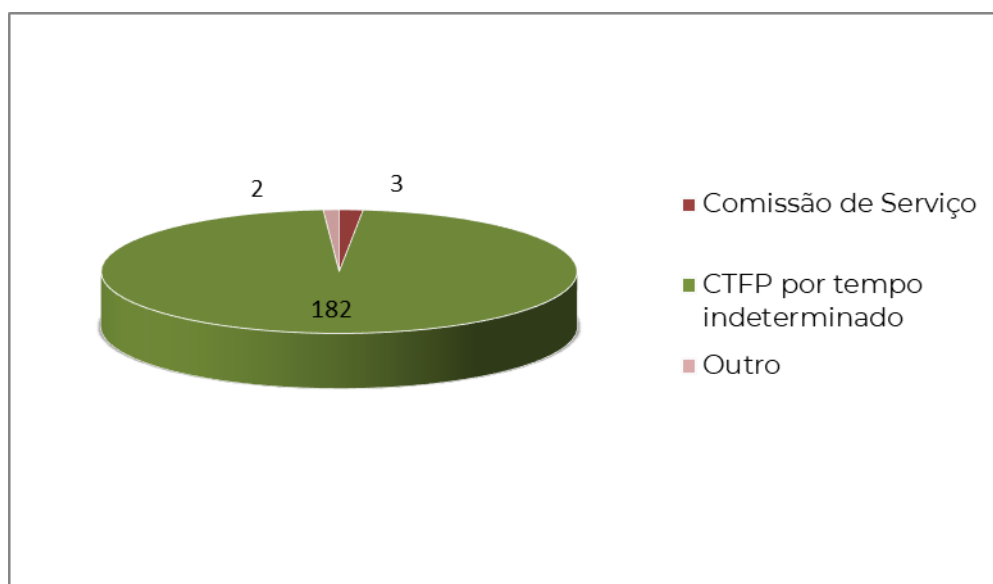


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

## Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

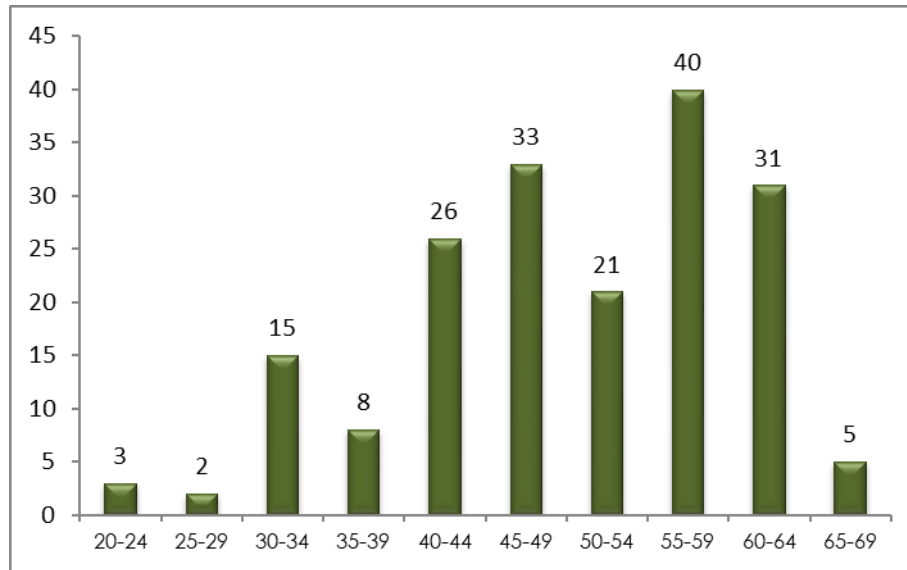
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		26	34	90	23	2	4	179
Outro							2	2
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>90</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>184</b>



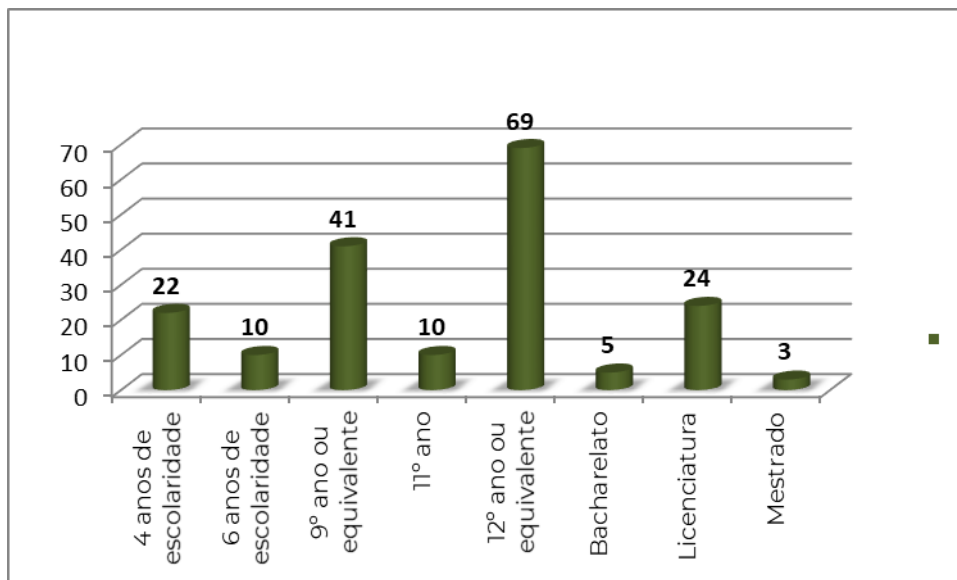
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

## Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

## Trabalhadores por estrutura habilitacional



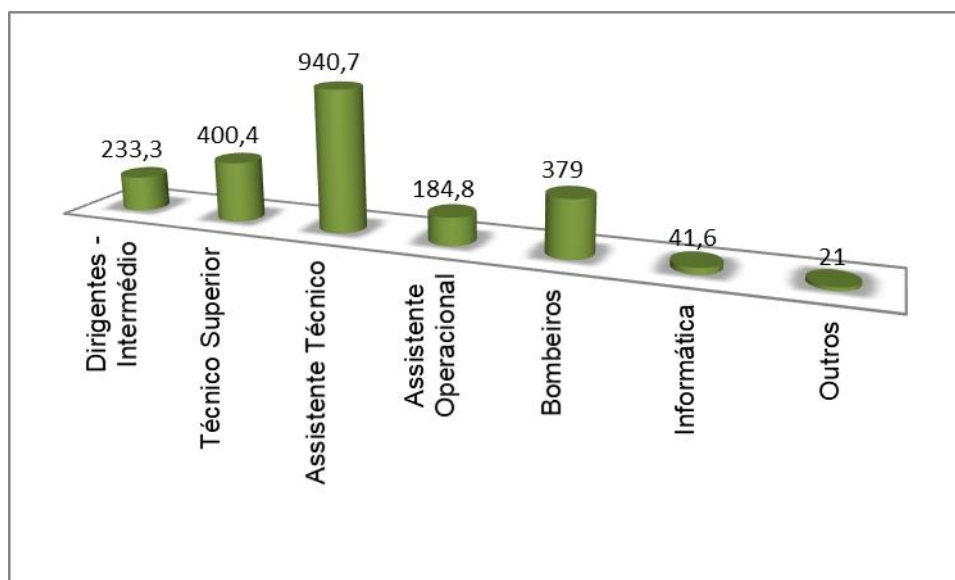
Trabalhadores segundo as habilitações



## Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0	0	0	0	15	0	0	15
Proteção na parentalidade	0	75	4	240	25	0	0	344
Falecimento de familiar	0	19	11	42	3	5	0	80
Doença	0	133	472	2150	178	0	133	3066
Por acidente em serviço ou doença profissional	0	0	0	0	8	0	0	8
Assistência a familiares	0	21	15	81	0	0	0	117
Por conta do período de férias	0	2,5	22,5	9	2	1,5	6,5	44
Greve	0	0	3	32	1	0	0	36
Injustificadas	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>250,5</b>	<b>527,5</b>	<b>2554</b>	<b>232</b>	<b>6,5</b>	<b>139,5</b>	<b>3710</b>

## Horas de Formação por cargo / carreira



## Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 184, sendo 96 homens e 88 mulheres;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (90 trabalhadores);
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 97% tem CTFP por tempo indeterminado (179 Trabalhadores);
- Ao nível dos escalões de idades, 40 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 36 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação às habilitações, 69 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 32 trabalhadores tem o curso superior.
- 83% das ausências são motivadas por doença.

## Capítulo II – Reporting financeiro

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

O atual normativo é constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental**, de **contabilidade financeira** e de **contabilidade de gestão**.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

### 1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 8,517 milhões de euros, dos 9,328 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2021, de 91%.

Considerando que no ano anterior a execução foi de 82%, abaixo dos 85%, e sabendo que são acionados os mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal, caso a execução seja inferior ao referido limite em dois anos consecutivos, verifica-se que, com a execução do ano de 2021, 91%, a situação ficará sanada.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a **receita** orçamentada, corrigida e cobrada em 2021.

### Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2021	Receita Corrigida 31/12/2021	Receita Cobrada	Taxa de Execução
<b>Receita Corrente</b>	<b>6 604 975,00</b>	<b>6 476 095,00</b>	<b>5 890 036,77</b>	<b>91%</b>
Impostos directos	440 892,00	491 892,00	490 389,43	100%
Impostos indirectos	158,00	1 748,00	1 638,43	94%
Taxas, multas e outras penalidades	27 440,00	25 990,00	18 735,61	72%
Rendimentos da propriedade	980 057,00	730 706,00	181 629,48	25%
Administração Central - Estado Português	4 855 788,00	4 845 535,00	4 869 961,33	101%
Administração Central - Outras Entidades	37 044,00	83 044,00	83 031,56	100%
Outras	68 030,00	72 305,00	72 097,19	100%
Venda de bens e serviços	190 427,00	218 706,00	128 652,99	59%
Outras receitas correntes	5 139,00	6 169,00	43 900,75	712%
<b>Receita Capital</b>	<b>5 199 393,00</b>	<b>2 825 329,43</b>	<b>2 602 785,45</b>	<b>92%</b>
Venda de bens de investimento	384,00	384,00		
Administração Central - Estado Português	5 064 381,00	2 325 934,43	2 103 858,08	90%
Outras receitas de capital	504,00	504,00	421,28	84%
Receita com passivos financeiros	134 124,00	498 507,00	498 506,09	100%
<b>Outras Receitas</b>	<b>2 254,00</b>	<b>26 513,57</b>	<b>24 629,98</b>	<b>93%</b>
Reposições não abatidas pag.	2 254,00	5 654,00	3 770,41	67%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		20 859,57	20 859,57	100%
<b>Receitas Totais</b>	<b>11 806 622,00</b>	<b>9 327 938,00</b>	<b>8 517 452,20</b>	<b>91%</b>

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 91% e atingiu os 5,890 milhões de euros. O capítulo em destaque é o **Administração Central - Estado Português**, com um montante de receita cobrada de 4,870 milhões de euros e execução de 101%. Neste grupo, com uma representação de 72%, distinguem-se as receitas provenientes do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 3,526 milhões de euros.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 2,603 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 92% face à receita de capital corrigida. Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Estado-Participação comunitária em projetos co-financiados** no montante de 2,104 milhões de euros, registando uma variação negativa no valor de 119 mil euros.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da **despesa** orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

### Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2021	Dotação Corrigida 31/12/2021	Despesa Paga	Taxa de Execução
<b>Despesa Corrente</b>	<b>6 439 267,00</b>	<b>6 418 003,00</b>	<b>5 723 717,66</b>	<b>89%</b>
Remunerações Certas e Permanentes	2 831 518,00	2 861 141,00	2 819 085,03	99%
Abonos Variáveis ou Eventuais	83 603,00	105 547,00	103 742,59	98%
Segurança Social	871 501,00	914 408,00	898 665,53	98%
Aquisição de bens e serviços	1 808 769,00	1 528 164,00	1 092 181,77	71%
Juros e Outros Encargos	51 465,00	49 721,00	42 978,32	86%
Administração Central - Estado Português	1 780,00	1 780,00	1 560,66	88%
Administração Local	198 824,00	166 919,00	121 341,52	73%
Entidades do Setor não lucrativo	68 037,00	73 537,00	36 943,91	50%
Famílias	285 993,00	365 347,00	360 149,80	99%
Outras	145 500,00	258 711,00	180 246,68	70%
Subsídios Correntes	3 320,00	3 320,00	2 660,00	80%
Outras Despesas Correntes	88 957,00	89 408,00	64 161,85	72%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5 615 851,00</b>	<b>2 909 935,00</b>	<b>2 567 012,81</b>	<b>88%</b>
Aquisição de bens de capital	4 850 432,00	2 087 051,00	1 753 404,71	84%
Administração Local	31 781,00	32 422,00	26 147,16	81%
Entidades do Setor não lucrativo	6 000,00	8 165,00	5 164,80	63%
Despesa com ativos financeiros	9 726,00	9 726,00	9 725,99	100%
Despesa com passivos financeiros	717 912,00	772 571,00	772 570,15	100%
<b>Despesas Totais</b>	<b>12 055 118,00</b>	<b>9 327 938,00</b>	<b>8 290 730,47</b>	<b>89%</b>

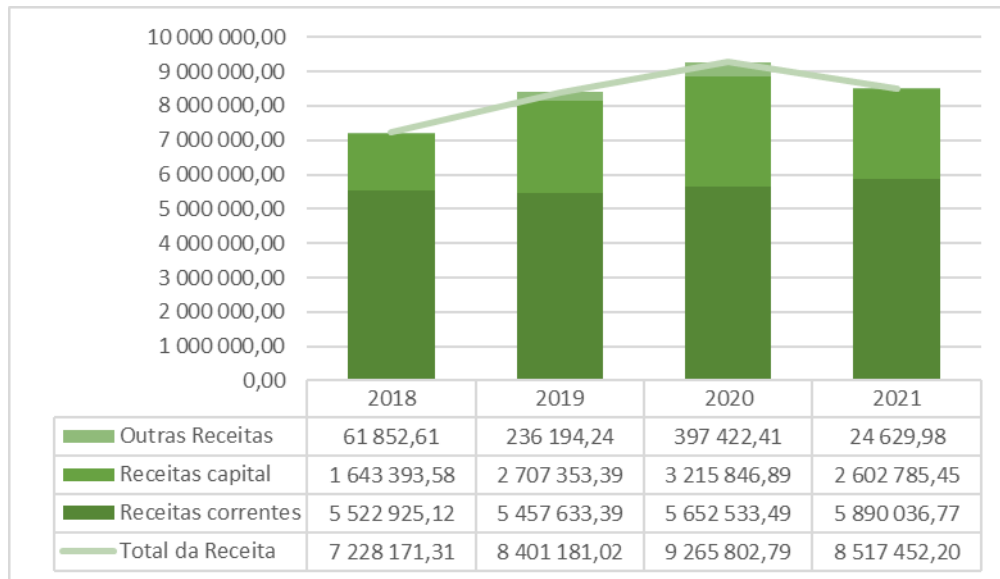
A **despesa corrente** paga apresenta uma execução de 89% e atingiu pagamentos na ordem dos 5,724 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2021, os 3,821 milhões de euros e uma execução de 98%.

A **despesa de capital** paga, no montante de 2,567 milhões de euros, regista uma execução de 88%. A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 84% e cujo montante de despesa paga atingiu os 1,753 milhões de euros.

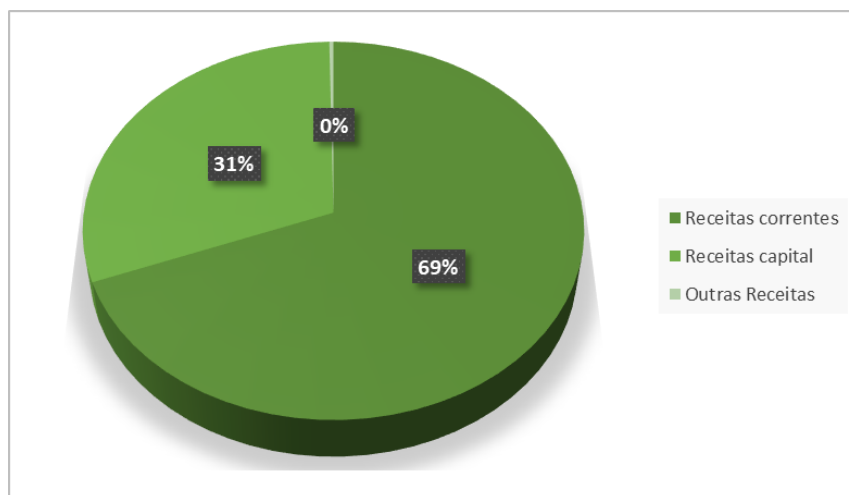
A **despesa total** paga (8,291 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (9,328 milhões de euros) apresenta uma execução de 89%.

## 1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. No período em análise verifica-se um crescente da receita total cobrada até 2020, sendo que para 2021 a receita cobrada regista um decréscimo no montante de 748 mil euros, fixando-se nos 8,517 milhões de euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2021, por rubricas gerais.



No final de 2021 a receita total cobrada ascendeu a 8,517 milhões de euros, correspondendo 870 mil de euros a receitas próprias (10%), 20,860 mil euros a saldo transitado da gerência anterior (4%) e 7,128 milhões de euros de transferências totais (84%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

## Evolução da Receita

Execução da Receita	2021			2020			Δ 2020
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
<b>Receita Corrente</b>	<b>6 476 095,00</b>	<b>5 890 036,77</b>	<b>91%</b>	<b>6 838 199,00</b>	<b>5 652 533,49</b>	<b>83%</b>	<b>10%</b>
Impostos directos	491 892,00	490 389,43	100%	545 713,00	436 548,93	80%	25%
Impostos indirectos	1 748,00	1 638,43	94%	187,00	107,25	57%	63%
Taxas, multas e outras penalidades	25 990,00	18 735,61	72%	25 628,00	18 085,08	71%	2%
Rendimentos da propriedade	730 706,00	181 629,48	25%	936 199,00	177 093,07	19%	31%
Administração Central - Estado Português	4 845 535,00	4 869 961,33	101%	4 677 839,00	4 526 608,83	97%	4%
Administração Central - Outras Entidades	83 044,00	83 031,56	100%	56 160,00	44 927,91	80%	25%
Outras	72 305,00	72 097,19	100%	88 399,00	70 718,90	80%	25%
Venda de bens e serviços	218 706,00	128 652,99	59%	466 257,00	377 475,51	81%	-27%
Outras receitas correntes	6 169,00	4 390,07	712%	41 817,00	968,01	2%	30642%
<b>Receita Capital</b>	<b>2 825 329,43</b>	<b>2 602 785,45</b>	<b>92%</b>	<b>4 087 875,00</b>	<b>3 215 846,89</b>	<b>79%</b>	<b>17%</b>
Venda de bens de investimento	384,00			22 085,00	14 355,05	65%	-100%
Administração Central - Estado Português	2 325 934,43	2 103 858,08	90%	2 905 193,00	2 222 832,67	77%	18%
Outras receitas de capital	504,00	421,28	84%	6 597,00			0
Receita com passivos financeiros	498 507,00	498 506,09	100%	1 154 000,00	978 659,17	85%	18%
<b>Outras Receitas</b>	<b>26 513,57</b>	<b>24 629,98</b>	<b>93%</b>	<b>399 306,00</b>	<b>397 422,41</b>	<b>100%</b>	<b>-7%</b>
Reposições não abatidas pag.	5 654,00	3 770,41	67%	5 526,00	3 642,41	66%	1%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	20 859,57	20 859,57	100%	393 780,00	393 780,00	100%	
<b>Receitas Totais</b>	<b>9 327 938,00</b>	<b>8 517 452,20</b>	<b>91%</b>	<b>11 325 380,00</b>	<b>9 265 802,79</b>	<b>82%</b>	<b>12%</b>

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as **receitas correntes** cobradas registaram um aumento de (10%) comparando as execuções com as dotações corrigidas, com maior enfoque para as rubricas **Administração Central - Estado Português**, com um aumento de 343 mil euros (4%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Venda de bens e serviços** regista um decréscimo de 248 mil euros, cuja a variação é justificada pela cedência, a 01 de junho, dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos urbanos para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, EIM, S.A, uma vez que, no ano de 2020 ainda houve cobrança dos referidos serviços, nomeadamente nos meses de janeiro, fevereiro e parte de março, tendo a receita cobrada, nesse ano fixado nos 260 mil euros.

As **receitas de capital** cobradas, no valor de 2,603 milhões de euros, cerca de 119 mil euros inferiores ao ano de 2020, e apesar do valor absoluto ser inferior, as mesmas registaram um aumento de (17%) comparando as execuções com as dotações corrigidas.

Para a diminuição das mesmas, a rubrica **"FEDER"**, com o registo de 1,241 milhões de euros, registou uma diminuição de 262 mil euros, uma vez que as restantes rubricas registaram aumentos face ao ano de 2020.

### 1.1.1 Receita própria

Em 2021 a receita própria cobrada atingiu os 869 mil euros, correspondendo a uma redução de (15%), menos 159 mil euros face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

### Evolução da receita própria

Receitas Próprias	2018	2019	2020	2021	Δ 2020
Impostos directos	428 232,35	458 881,24	436 548,93	490 389,43	12%
Impostos indirectos	130,90	217,41	107,25	1 638,43	1428%
Taxas, multas e outras penalidades	26 133,32	33 149,30	18 085,08	18 735,61	4%
Rendimentos da propriedade	282 656,68	176 740,96	177 093,07	181 629,48	3%
Venda de bens e serviços	678 965,56	698 296,64	377 475,51	128 652,99	-66%
Outras Receitas Correntes	857,53	9 729,96	968,01	43 900,75	4435%
Venda de bens de investimento		244,55	14 355,05		-100%
Outras receitas de capital	13 192,22			421,28	
Reposições não abatidas pag.	1 726,61	853,24	3 642,41	3 770,41	4%
<b>Total de Receitas Próprias</b>	<b>1 431 895,17</b>	<b>1 378 113,30</b>	<b>1 028 275,31</b>	<b>869 138,38</b>	<b>-15%</b>

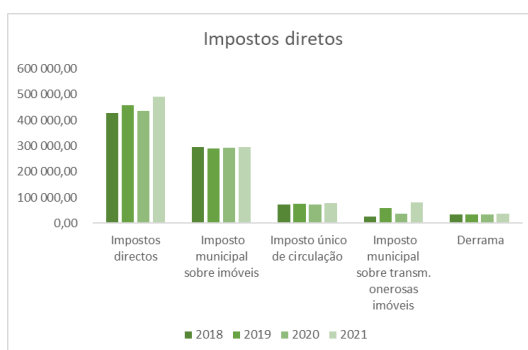
Em termos relativos, a redução das receitas próprias cobradas, no ano de 2021, no montante de 159 mil euros, resulta da diminuição ocorrida, principalmente, na cobrança de receitas provenientes de **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, com uma quebra total de 249 mil euros, motivada pela concessão dos serviços de abastecimento de águas, saneamento e resíduos à Empresa intermunicipal Tejo Ambiente, S.A.

### Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2018	2019	2020	2021	Δ 2020
<b>Impostos directos</b>	<b>428 232,35</b>	<b>458 881,24</b>	<b>436 548,93</b>	<b>490 389,43</b>	<b>12%</b>
Imposto municipal sobre imóveis	294 509,20	291 161,53	291 450,35	295 500,05	1%
Imposto único de circulação	73 866,93	76 172,55	73 598,09	79 209,55	8%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	26 413,50	57 889,89	37 357,81	79 714,78	113%
Derrama	33 442,72	33 657,27	34 142,68	35 965,05	5%
<b>Impostos indirectos</b>	<b>130,90</b>	<b>217,41</b>	<b>107,25</b>	<b>1 638,43</b>	<b>1428%</b>
Publicidade	30,73	74,81			
Taxa municipal de direitos de passagem				1 427,98	
Outros_i	100,17	142,60	107,25	210,45	96%
<b>Total dos Impostos</b>	<b>428 363,25</b>	<b>459 098,65</b>	<b>436 656,18</b>	<b>492 027,86</b>	<b>13%</b>

Das receitas provenientes dos impostos verifica-se um aumento de 13%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial no montante de 55 mil euros, resultante essencialmente da subida nas receitas provenientes do **Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de Imóveis (IMT)** ascendendo a 42 mil euros.

O ano de 2021 foi o primeiro em que foi cobrada a taxa municipal de direitos de passagem, registando um valor de 1.428 euros.



No que concerne à evolução de subgrupos das receitas próprias, comparativamente a 2020, verificou-se um decréscimo de 36%, no valor de 215 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte. Tal como já foi referido anteriormente as rubricas que mais contribuíram para este decréscimo, em termos absolutos, foram as rubricas **Venda de Bens** no valor de 124 mil euros e a rubrica **Serviços** no valor de 123 mil euros, o qual já foi justificado anteriormente, concessão de serviços à Tejo Ambiente, S.A.

Em sentido contrário a rubrica **Outras Receitas Correntes**, em que foi cobrado o valor de 44 mil euros, com uma variação positiva no valor de 43 mil euros, foi referente ao valor que a empresa Tejo Ambiente, S.A transferiu para o município em virtude da cessão da posição contratual no âmbito do serviço de resíduos apenas ter acontecido no final de 2020 e a mesma ter sido recebida no ano de 2021.

### Evolução de subgrupos das receitas próprias

Subgrupos de Receitas Próprias	2018	2019	2020	2021	Δ 2021 2020
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>26 133,32</b>	<b>33 149,30</b>	<b>18 085,08</b>	<b>18 735,61</b>	<b>4%</b>
Loteamentos e obras	7 231,75	10 133,87	7 468,80	9 053,84	21%
Ocupação da via pública	2 528,79	2 433,93	1 624,07	1 365,30	-16%
Outros	6 895,04	7 711,66	4 740,13	1 424,19	-70%
Juros de mora	1 463,97	1 674,45	1 104,72	1 203,60	9%
Juros compensatórios	300,55	116,72	293,48	748,68	155%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	745,00	3 140,00	2 703,88	4 540,00	68%
Multas e penalidades diversas	6 968,22	7 938,67	150,00	400,00	167%
<b>Rendimentos da propriedade</b>	<b>282 656,68</b>	<b>176 740,96</b>	<b>177 093,07</b>	<b>181 629,48</b>	<b>3%</b>
Outros	282 656,68	176 740,96	177 093,07	181 629,48	3%
<b>Vendas de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>678 965,56</b>	<b>698 296,64</b>	<b>377 475,51</b>	<b>128 652,99</b>	<b>-66%</b>
Venda de Bens	258 527,22	260 730,83	123 178,48	-579,52	-100%
Serviços	389 332,78	409 479,85	222 219,02	99 394,95	-55%
Rendas	31 105,56	28 085,96	32 078,01	29 837,56	-7%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>857,53</b>	<b>9 729,96</b>	<b>968,01</b>	<b>43 900,75</b>	<b>4435%</b>
<b>Vendas de Bens de Investimento</b>		<b>244,55</b>	<b>14 355,05</b>		<b>-100%</b>
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>13 192,22</b>			<b>421,28</b>	
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>1 726,61</b>	<b>853,24</b>	<b>3 642,41</b>	<b>3 770,41</b>	<b>4%</b>
<b>Total</b>	<b>1 003 531,92</b>	<b>919 014,65</b>	<b>591 619,13</b>	<b>377 110,52</b>	<b>-36%</b>

## 1.1.2 Transferências obtidas

As **transferências obtidas** atingiram os 7,129 milhões de euros em 2021. Comparativamente com o período homólogo registou-se um aumento de 264 mil euros (4%), sendo que as **transferências correntes** aumentaram em 383 mil euros (8%). Já as **transferências de capital** registaram uma diminuição no valor de 119 mil euros (-5%).

No que respeita às **transferências correntes**, praticamente todas as rubricas contribuíram para tal, sendo que a rubrica do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, aumentou 255 mil euros.

De salientar a verba no valor de 112 mil euros registada na rubrica **“Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados”** tendo a mesma financiado projetos no âmbito corrente, nomeadamente:

- PEDIME: 58 mil euros;



- Estabilização de Emergência Pós-incêndios 2016: 47 mil euros;
- Fruta e leite escolar: 2 mil euros;
- Caminhos da Pedra 2018: 5 mil euros;

A receita referente a **“Transferência de Competências - Lei nº 50/2018”** ascendeu a 632 mil euros sendo a mesma referente à educação.

Em sentido contrário, a rubrica **“Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20”** registou uma diminuição no valor de 8 mil euros. De referir que a verba em causa faz parte das verbas que são definidas no Orçamento de Estado.

As **transferências de capital** apesar de registarem um valor de 2,104 milhões de euros, apresentam uma diminuição no montante de 119 mil euros, relativamente ao período homólogo. A referida diminuição foi motivada pela descida das receitas registadas na rubrica **“Estado-Particip.comunitária project.co-financiados”** no valor de 262 mil euros, tendo mesmo assim sido cobrado o valor de 1,241 milhões de euros, para financiamento dos seguintes projetos:

- Centro de interpretação da semana Santa: 5 mil euros
- Requalificação da Escola Básica 1, 2, 3 e Secundária de Sardeal: 1,235 milhões de euros;

As restantes rubricas registaram aumentos, sendo as mesmas definidas no âmbito do Orçamento de Estado. Em pormenor, apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

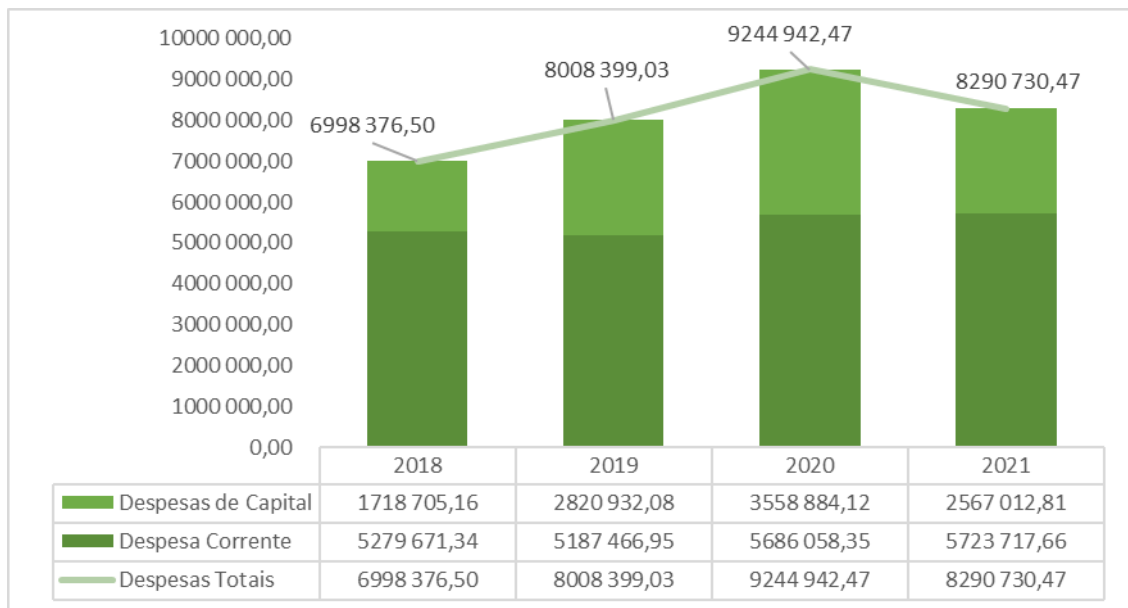
### Evolução das transferências obtidas

Transferências	2018	2019	2020	2021	Δ 2020
<b>Administração Central - Estado Português</b>	<b>4 105 948,78</b>	<b>4 080 617,88</b>	<b>4 642 255,64</b>	<b>5 025 090,08</b>	<b>8%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 118 075,00	3 078 547,00	3 271 825,00	3 526 429,00	8%
Fundo Social Municipal	93 464,00	93 464,00	93 464,00	93 464,00	
Participação Variável no IRS	119 306,00	117 260,00	118 618,00	126 163,00	6%
Transferência de Competências - Lei nº 50/2018			630 251,87	632 083,42	0%
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20			69 222,27	60 759,78	-12%
Outras	642 496,50	625 734,40	272 412,53	318 967,33	17%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	3 385,72	68 014,86	70 815,16	112 094,80	58%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	46 279,15	33 596,73	44 927,91	83 031,56	85%
Privadas	47 835,14	45 830,00	44 225,84	43 960,00	-1%
Companhias de seguros e fundos de pensões	23 257,75	6 321,37	12 692,40	16 287,67	28%
Instituições sem fins lucrativos	11 849,52	11 849,52	13 800,66	11 849,52	-14%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>724 167,26</b>	<b>1 331 875,04</b>	<b>2 222 832,67</b>	<b>2 103 858,08</b>	<b>-5%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	346 453,00	342 061,00	362 994,00	391 825,00	8%
Cooperação Técnica e Financeira	291 000,00	90 024,83	5 432,00	53 748,97	889%
Artº 35.º, nº 3 da Lei nº 73/2013		259 328,00	348 232,00	399 278,00	15%
Outras	34 017,71	18 145,35	3 075,68	18 301,68	495%
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	52 696,55	622 315,86	1 503 098,99	1 240 704,43	-17%
<b>Total</b>	<b>4 830 116,04</b>	<b>5 412 492,92</b>	<b>6 865 088,31</b>	<b>7 128 948,16</b>	<b>4%</b>

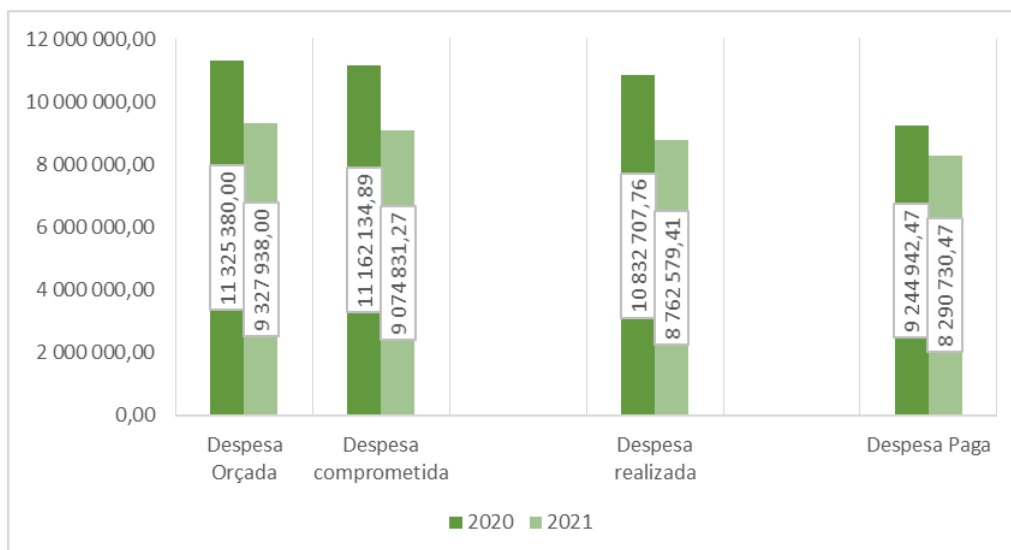
## 1.2 Despesa

No final de 2021, o **total da despesa** paga ascendeu a 8,291 milhões de euros, representando 89% do total orçamentado corrigido (9,328 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se uma diminuição na ordem dos 954 mil euros na despesa paga.

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que a despesa aumentou de forma progressiva desde 2017 até ao ano de 2020. No ano de 2021 a mesma já sofreu uma redução no valor atrás mencionado, 954 mil euros.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida e paga nos anos 2020 e 2021. O total dos compromissos assumidos, em 2021, alcançou os 9,075 milhões de euros face aos 11,162 milhões de euros apurados no ano de 2020.



## 1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2021 a **despesa corrente** paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 89% (5,724 milhões de euros) e a **despesa de capital** paga de 88% (2,567 milhões de euros), originado uma execução de 89%.

Em relação à execução referente ao período homólogo, verifica-se aumentos de, 4% nas **despesas correntes** e 17% nas **despesas de capital** pagas o que totaliza uma variação de 9%, comparando as execuções com as dotações corrigidas.

Já em termos absolutos, comparando com o ano de 2020, as **despesas totais** pagas diminuíram em cerca de 954 mil de euros, sendo que para tal, as **despesas correntes** contribuíram com o aumento de 38 mil euros e as **despesas de capital** com a diminuição de 992 mil euros.

### Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2021			2020			Δ	2020
	Dotação Final	Despesa Paga %	Execução	Dotação Final	Despesa Paga %	Execução		
<b>Despesa Corrente</b>	<b>6 418 003,00</b>	<b>5 723 717,66</b>	<b>89%</b>	<b>6 615 282,00</b>	<b>5 686 058,35</b>	<b>86%</b>		<b>4%</b>
Remunerações Certas e Permanentes	2 861 141,00	2 819 085,03	99%	2 715 583,00	2 613 380,53	96%		2%
Abonos Variáveis ou Eventuais	105 547,00	103 742,59	98%	83 671,45	81 055,87	97%		1%
Segurança Social	914 408,00	898 665,53	98%	873 757,55	770 198,42	88%		11%
Aquisição de bens e serviços	1 528 164,00	1 092 181,77	71%	2 113 974,25	1 586 335,00	75%		-5%
Juros e Outros Encargos	49 721,00	42 978,32	86%	60 514,65	47 685,16	79%		10%
Administração Central - Estado Português	1 780,00	1 560,66	88%	5 739,00	5 478,18	95%		-8%
Administração Local	166 919,00	121 341,52	73%	173 373,00	109 141,47	63%		15%
Entidades do Setor não lucrativo	73 537,00	36 943,91	50%	119 215,00	102 847,32	86%		-42%
Famílias	365 347,00	360 149,80	99%	280 093,00	270 532,24	97%		2%
Outras	258 711,00	180 246,68	70%	55 000,00				
Subsídios Correntes	3 320,00	2 660,00	80%	6 310,00	4 800,00	76%		5%
Outras Despesas Correntes	89 408,00	64 161,85	72%	128 051,10	94 604,16	74%		-3%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2 909 935,00</b>	<b>2 567 012,81</b>	<b>88%</b>	<b>4 710 098,00</b>	<b>3 558 884,12</b>	<b>76%</b>		<b>17%</b>
Aquisição de bens de capital	2 087 051,00	1 753 404,71	84%	3 735 038,00	2 592 645,12	69%		21%
Administração Local	32 422,00	26 147,16	81%	17 624,00	11 843,65	67%		20%
Entidades do Setor não lucrativo	8 165,00	5 164,80	63%	3 000,00				0
Despesa com ativos financeiros	9 726,00	9 725,99	100%	19 452,00	19 452,00	100%		0%
Despesa com passivos financeiros	772 571,00	772 570,15	100%	934 984,00	934 943,35	100%		0%
<b>Despesas Totais</b>	<b>9 327 938,00</b>	<b>8 290 730,47</b>	<b>89%</b>	<b>11 325 380,00</b>	<b>9 244 942,47</b>	<b>82%</b>		<b>9%</b>

A **despesa corrente** paga em 2021, no montante de 5,724 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (3,822 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (1,092 milhões de euros), e **transferências correntes** (703 mil euros).

A **despesa de capital** paga em 2021, no montante de 2,567 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (1,753 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (773 mil euros).

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da despesa corrente realizada e paga, em 2020 e 2021. Consta-se que a **despesa corrente realizada** face a 2020 diminuiu em cerca de 5% (313 mil euros). Já em relação à **despesa corrente paga** comparando com o período homólogo, a mesma aumentou em cerca de 0,7% (38 mil euros).

### Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2021	2020	Δ 2020	2021	2020	Δ 2020
<b>Despesas Correntes</b>						
Remunerações Certas e Permanentes	2 857 013,36	2 715 337,60	141 675,76	2 819 085,03	2 613 380,53	205 704,50
Abonos Variáveis ou Eventuais	104 965,64	83 247,47	21 718,17	103 742,59	81 055,87	22 686,72
Segurança Social	901 497,83	868 902,43	32 595,40	898 665,53	770 198,42	128 467,11
Aquisição de bens e serviços	1 323 951,90	1 982 590,04	-658 638,14	1 092 181,77	1 586 335,00	-494 153,23
Juros e Outros Encargos	44 572,48	52 168,91	-7 596,43	42 978,32	47 685,16	-4 706,84
Administração Central - Estado Português	1 560,66	5 738,29	-4 177,63	1 560,66	5 478,18	-3 917,52
Administração Local	157 099,78	159 090,20	-1 990,42	121 341,52	109 141,47	12 200,05
Entidades do Setor não lucrativo	38 649,24	112 142,32	-73 493,08	36 943,91	102 847,32	-65 903,41
Famílias	360 530,93	274 773,26	85 757,67	360 149,80	270 532,24	89 617,56
Outras	196 104,64	196 104,64	0	180 246,68	180 246,68	0
Subsídios Correntes	2 660,00	4 960,00	-2 300,00	2 660,00	4 800,00	-2 140,00
Outras Despesas Correntes	77 145,12	119 996,33	-42 851,21	64 161,85	94 604,16	-30 442,31
<b>Total de Despesas Correntes</b>	<b>6 065 751,58</b>	<b>6 378 946,85</b>	<b>-313 195,27</b>	<b>5 723 717,66</b>	<b>5 686 058,35</b>	<b>37 659,31</b>

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da despesa capital realizada e paga, em 2020 e 2021. Constata-se que a **despesa capital realizada** face a 2020 diminuiu em cerca de 39% (1,757 milhões de euros). Já em relação à **despesa capital paga** comparando com o ano de 2020, a mesma também diminuiu em cerca de 28% (992 mil euros).

### Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2021	2020	Δ 2020	2021	2020	Δ 2020
<b>Despesas Capital</b>						
Aquisição de bens de capital	1 881 771,08	3 482 635,45	-1 600 864,37	1 753 404,71	2 592 645,12	-839 240,41
Administração Local	27 595,81	13 730,11	13 865,70	26 147,16	11 843,65	14 303,51
Entidades do Setor não lucrativo	5 164,80	3 000,00	2 164,80	5 164,80	0	5 164,80
Despesa com ativos financeiros	9 725,99	19 452,00	-9 726,01	9 725,99	19 452,00	-9 726,01
Despesa com passivos financeiros	772 570,15	934 943,35	-162 373,20	772 570,15	934 943,35	-162 373,20
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>2 696 827,83</b>	<b>4 453 760,91</b>	<b>-1 756 933,08</b>	<b>2 567 012,81</b>	<b>3 558 884,12</b>	<b>-991 871,31</b>

## 1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2021 encerrou com um **total de despesa** orçada de 9,328 milhões de euros e paga de 8,291 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 89%.

A **despesa corrente** paga regista um nível de execução orçamental superior à **despesa de capital** paga, sendo a diferença pouco significativa, de 89% contra 88%, respetivamente.

No que se refere às **despesas correntes**, as rubricas de **peçoal** e **famílias** são as que apresentam maior taxa de execução, com 99% ambas.

No âmbito das **despesas de capital**, a rubrica de **Despesa com passivos financeiros** e **Despesa com ativos financeiros** são as que apresentam maior taxa de execução, neste caso 100% ambas.

### Execução da despesa

Capítulos	2020	Despesa Orçada		Despesa comprometida		Despesa realizada		Despesa Paga		Taxa de execução
		1	2	3 = 2 / 1	4	5 = 4 / 1	6	7 = 6 / 1		
<b>Despesa Corrente</b>	<b>5 686 058,35</b>	<b>6 418 003,00</b>	<b>6 276 799,98</b>	<b>98%</b>	<b>6 065 751,58</b>	<b>95%</b>	<b>5 723 717,66</b>	<b>89%</b>		
Remunerações Certas e Permanentes	2 613 380,53	2 861 141,00	2 860 125,62	100%	2 857 013,36	100%	2 819 085,03	99%		
Abonos Variáveis ou Eventuais	81 055,87	105 547,00	104 965,64	99%	104 965,64	99%	103 742,59	98%		
Segurança Social	770 198,42	914 408,00	912 884,30	100%	901 497,83	99%	898 665,53	98%		
Aquisição de bens e serviços	1 586 335,00	1 528 164,00	1 450 748,98	95%	1 323 951,90	87%	1 092 181,77	71%		
Juros e Outros Encargos	47 685,16	49 721,00	45 554,27	92%	44 572,48	90%	42 978,32	86%		
Administração Central - Estado Português	5 478,18	1 780,00	1 560,66	88%	1 560,66	88%	1 560,66	88%		
Administração Local	109 141,47	166 919,00	158 790,88	95%	157 099,78	94%	121 341,52	73%		
Entidades do Setor não lucrativo	102 847,32	73 537,00	38 982,91	53%	38 649,24	53%	36 943,91	50%		
Famílias	270 532,24	365 347,00	362 234,54	99%	360 530,93	99%	360 149,80	99%		
Outras		258 711,00	257 316,30	99%	196 104,64	76%	180 246,68	70%		
Subsídios Correntes	4 800,00	3 320,00	2 660,00	80%	2 660,00	80%	2 660,00	80%		
Outras Despesas Correntes	94 604,16	89 408,00	80 975,88	91%	77 145,12	86%	64 161,85	72%		
<b>Despesas de Capital</b>	<b>3 558 884,12</b>	<b>2 909 935,00</b>	<b>2 798 031,29</b>	<b>96%</b>	<b>2 696 827,83</b>	<b>93%</b>	<b>2 567 012,81</b>	<b>88%</b>		
Aquisição de bens de capital	2 592 645,12	2 087 051,00	1 982 974,53	95%	1 881 771,08	90%	1 753 404,71	84%		
Administração Local	11 843,65	32 422,00	27 595,82	85%	27 595,81	85%	26 147,16	81%		
Entidades do Setor não lucrativo		8 165,00	5 164,80	63%	5 164,80	63%	5 164,80	63%		
Despesa com ativos financeiros	19 452,00	9 726,00	9 725,99	100%	9 725,99	100%	9 725,99	100%		
Despesa com passivos financeiros	934 943,35	772 571,00	772 570,15	100%	772 570,15	100%	772 570,15	100%		
<b>Despesas Totais</b>	<b>9 244 942,47</b>	<b>9 327 938,00</b>	<b>9 074 831,27</b>	<b>97%</b>	<b>8 762 579,41</b>	<b>94%</b>	<b>8 290 730,47</b>	<b>89%</b>		

Analisando agora os capítulos da despesa e no que se refere à rubrica **despesas com o pessoal**, que é constituído por três componentes, como podemos ver no mapa abaixo, a mesma regista um valor de 3,821 milhões de euros, sendo que todas as componentes registaram aumentos, totalizando uma variação de 357 mil euros.

A componente **“Remunerações Certas e Permanentes”**, onde são considerados nomeadamente, os vencimentos bases, subsídios de Férias, Natal e refeição, recrutamento de novos postos de trabalho, alterações obrigatórias nas remunerações, registou um aumento de 206 mil euros. Para este aumento contribuiu a contratação de três bombeiros sapadores e ainda, em regime de mobilidade, a contratação de duas Educadoras de infância.

Também a dívida registada no final de 2020, que foi paga em janeiro de 2021 no valor de 102 mil euros, contribuiu para esta variação, valores esses, referente a retenções de, IRS, descontos para a segurança social e caixa geral de depósitos, dos meses de outubro a dezembro.

Outra rubrica que contribuiu para a referida variação foi a rubrica **“Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remunerator”**, no valor de 29 mil euros, uma vez que a mesma só se aplica de dois em dois anos sendo que no ano anterior não foi registado qualquer valor.

A componente **“Segurança Social”** onde são consideradas, nomeadamente, as despesas referentes à parte da Entidade patronal dos descontos para a segurança social e caixa geral de aposentações, encargos com saúde, seguros de acidentes de trabalho, totalizando 899 mil euros, registou um aumento de 128 mil euros.

Também aqui o que contribuiu para a referida variação, além das contribuições da entidade patronal das novas contratações, foi a dívida que existia no final de 2020 no valor de 99 mil euros, que foi paga em janeiro de 2021.

### Evolução da despesa paga com Despesas com o Pessoal

Despesas com Pessoal	2018	2019	2020	2021	Δ 2020
Remunerações Certas e Permanentes	2 320 282,65	2 720 278,60	2 613 380,53	2 819 085,03	8%
Abonos Variáveis ou Eventuais	80 915,94	92 840,24	81 055,87	103 742,59	28%
Segurança Social	632 776,90	718 613,14	770 198,42	898 665,53	17%
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>3 033 975,49</b>	<b>3 531 731,98</b>	<b>3 464 634,82</b>	<b>3 821 493,15</b>	<b>10%</b>

Em relação à rubrica **aquisição de bens e serviços**, registou o valor de 1,092 milhões de euros, tendo tido uma execução de 71% e uma redução no valor de 494 mil euros face ao ano de 2020.

No capítulo destinado a esta componente será analisado a situação com maior detalhe.

A rubrica **Juros e Outros Encargos** registou o valor de 43 mil euros, tendo havido uma diminuição no valor de 5 mil euros face ao ano anterior. A execução foi de 86%.

A rubrica **transferências correntes** com o valor pago de 703 mil euros, registaram um aumento de 210 mil euros face ao ano de 2020.

Para o referido aumento, e como podemos verificar no mapa abaixo, existiram rubricas que sofreram variações positivas e outras negativas.

Assim com variações positivas verificamos a rubrica **“Municípios”**, no valor de 10 mil euros referente às despesas correntes do canil. Anteriormente estas despesas eram classificadas na rubrica **“Instituições sem fins lucrativos”**.

A rubrica **“Associações de municípios”** onde se inclui as transferências para CIMT, a mesma registou um aumento de 9 mil euros, nomeadamente motivada pelas despesas referentes ao COVID-19.

A rubrica **“Programas Operacionais”** onde são registadas as despesas referente aos CEI, CEI+ e empregos apoiados, que registou um valor de 171 mil euros, a sua variação foi de 59 mil euros.

A rubrica **“Outras”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes aos DECIR, apoios à natalidade, bolsas de estudo, registou o valor de 189 mil euros com uma variação de 31 mil euros, onde as verbas do DECIR é que influenciaram o referido resultado.

A rubrica **“Empresas públicas municipais e intermunicipais”** onde são registadas as transferências para a empresa Tejo Ambiente, S.A, tendo sido este ano o primeiro onde se registaram pagamentos, o valor ascendeu a 180 mil euros sendo que, os valores de 127 mil

euros foram para a cobertura de prejuízos do ano de 2020 e o restante referente aos apoios concedidos no âmbito do COVID\_19.

Em sentido contrário a rubrica **Instituições sem fins lucrativos** com o valor de 37 mil euros registou uma diminuição de 66 mil euros face ao ano de 2020.

A situação em apreço justifica-se pelo facto de no ano de 2020 se ter pago dívida referente ao ano de 2019 no valor de 34 mil euros, e ainda pelo facto de, principalmente, os apoios à Filarmónica União Sardoalense e Grupo Desportivo e Recreativo “Os Lagartos” de Sardoal, do ano de 2021 apenas ter sido atribuído já em 2022, no valor de 12 mil euros e 8 mil euros respetivamente.

### Evolução da despesa paga com Transferências Correntes

Análise orçamental	Despesa paga		
	2021	2020	Δ 2020
Estado	1 560,66	5 478,18	-3 917,52
Municípios	10 430,06		10 430,06
Freguesias	65 493,09	73 033,28	-7 540,19
Associações de municípios	45 418,37	36 108,19	9 310,18
Instituições sem fins lucrativos	36 943,91	102 847,32	-65 903,41
Programas Operacionais	171 159,77	112 392,09	58 767,68
Outras	188 990,03	158 140,15	30 849,88
Empresas públicas municipais e intermunicipais	180 246,68		180 246,68
Outras	2 660,00	4 800,00	-2 140,00
<b>Total de Despesas Correntes</b>	<b>702 902,57</b>	<b>492 799,21</b>	<b>210 103,36</b>

A rubrica **“Outras despesas correntes”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes às taxas bem como as quotizações, registou o valor de 64 mil euros com uma variação negativa de 30 mil euros, sendo que neste caso, foram as taxas inerentes aos serviços concessionados à Empresa Tejo Ambiente que deixaram de ser pagas.

No âmbito das **despesas de capital** que registou uma redução em cerca de 992 mil euros podemos destacar duas rubricas para justificar a situação em apreço, a rubrica **Aquisição de bens de capital** com uma execução de 84%, tendo registado o valor de 1,753 milhões de euros com uma variação de 839 mil euros que se justifica pelo facto, nomeadamente das obras, de requalificação da escola EB 1, 2, 3 e secundária de Sardoal e da requalificação da piscina descoberta se terem realizado praticamente no ano de 2020.

A outra rubrica que registou o valor de 773 mil euros, com uma redução de 162 mil euros foi a rubrica **“Despesa com passivos financeiros”**, sendo que nesta rubrica estão consideradas as despesas referentes às amortizações dos empréstimos.

### 1.2.3 Despesa com aquisição de serviços

Em 2021 a despesa paga com **aquisição de serviços** atingiu os 812 mil euros, tendo-se verificado uma diminuição de 26%, relativamente ao período homólogo, correspondendo a um valor de 291 mil euros.

As rubricas que maiores pesos apresentam, são, **Encargos com instalações** (36%) e **Outros trabalhos especializados** (31%), registando valores de 295 mil euros e 256 mil euros respetivamente. com um incremento de 226 mil euros.

Também foram as referidas rubricas que mais contribuíram para a redução registada, nos valores de 64 mil euros e 163 mil euros respetivamente.

Destacamos ainda a rubrica **“Outros serviços”** que registaram uma diminuição de 76 mil euros.

Para uma análise mais aprofundada, temos de seguida a evolução da despesa paga com a aquisição de serviços no quadriénio 2018-2021.

#### Evolução da despesa paga com aquisições de serviços

Rubrica	Aquisição de Serviços	2018	2019	2020	2021	Δ 2020
020201	Encargos das instalações	267 342,00	241 892,96	359 501,32	295 070,66	-18%
020202	Limpeza e higiene	43 747,37	22 071,46	5 625,20	3 542,40	-37%
020203	Conservação de bens	36 850,76	18 229,33	19 454,29	26 909,39	38%
020206	Locação de material de transporte		2 219,67	7 181,35	9 139,90	27%
020208	Locação de outros bens	16 294,92	6 135,12	4 186,12	20 165,82	382%
020209	Comunicações	21 582,20	28 907,04	20 371,14	19 184,14	-6%
020210	Transportes	74 744,76	65 140,76	49 378,20	57 378,75	16%
020211	Representação dos serviços	2 619,15	3 948,50	3 417,28	1 211,05	-65%
020212	Seguros	40 651,93	40 881,18	32 361,06	31 916,92	-1%
020213	Deslocações e estadas	1 393,58	735,83	567,80	132,73	-77%
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	28 664,59	35 175,16	38 539,00	18 082,27	-53%
020215	Formação	3 131,84	2 393,73	2 448,45	4 366,18	78%
020217	Publicidade	26 266,37	19 929,31	20 170,47	19 653,48	-3%
020218	Vigilância e segurança	2 833,34	4 185,74	2 036,88	3 038,46	49%
020219	Assistência técnica	6 175,54	5 918,57	11 628,65	15 336,43	32%
020220	Outros trabalhos especializados	298 163,42	310 795,04	418 974,61	255 622,45	-39%
020224	Encargos de cobrança de receitas	11 692,29	10 877,48	170,57	80,76	-53%
020225	Outros serviços	277 736,13	130 853,11	106 959,10	31 205,71	-71%
	<b>Total</b>	<b>1 159 890,19</b>	<b>950 289,99</b>	<b>1 102 971,49</b>	<b>812 037,50</b>	<b>-26%</b>

### 1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o município de Sardoal, e sabendo da existência de dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.



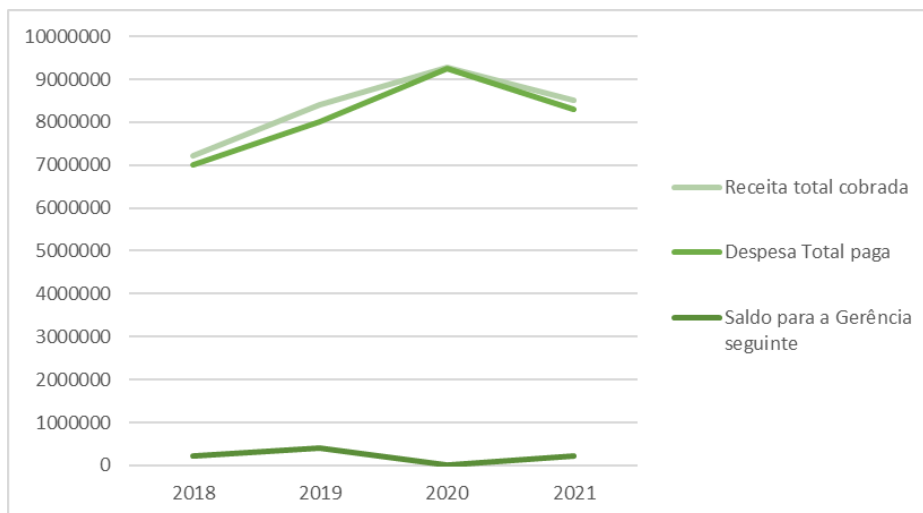
De referir que no ano de 2021, o saldo para a gerência seguinte teve alguma representatividade pelo facto de os valores em causa, serem verbas consignadas, neste caso no valor de 207 mil euros.

### Receita vs Despesa

Designação	2018	2019	2020	2021
Receita total cobrada	7 228 171,31	8 401 181,02	9 265 802,04	8 517 452,20
Despesa Total paga	6 998 376,50	8 008 399,03	9 244 942,47	8 290 730,47
<b>Saldo para a Gerência seguinte</b>	<b>229 794,81</b>	<b>392 781,99</b>	<b>20 859,57</b>	<b>226 721,73</b>

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2022 ronda os 227 mil euros.



No quadro seguinte é apresentado o resultado orçamental do ano de 2021, verificando-se que a poupança corrente é positiva ascendendo a 166 mil euros.

Em relação ao saldo de capital o mesmo também foi positivo em 36 mil euros.

### Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2021
Receita corrente cobrada	5 890 036,77
Despesa corrente paga	5 723 717,66
<b>Poupança corrente</b>	<b>166 319,11</b>
Receita capital cobrada	2 602 785,45
Despesa capital paga	2 567 012,81
<b>Saldo de capital</b>	<b>35 772,64</b>
Receita Total cobrada	8 496 592,63
Despesa total paga	8 290 730,47
Saldo da gerência anterior	20 859,57
<b>Saldo orçamental</b>	<b>226 721,73</b>

## 1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

### Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2021	2020
<b>Da receita</b>		
Impostos Directos/ Receitas Correntes	8%	8%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,028%	0,002%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	85%	82%
Transferências Capital/Receitas de Capital	81%	69%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	19%	30%
Receitas Correntes/Receitas Totais	69%	61%
Receitas Capital/Receitas Totais	31%	35%
Outras Receitas / Receitas Totais	0%	4%
<b>Da Despesa</b>		
Pessoal/Despesas Correntes	67%	61%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Corrente	19%	28%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	12%	9%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de	68%	73%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	1,2%	0,3%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	30%	26%
Despesas Correntes/Despesas Totais	69%	62%
Despesas de Capital/Despesas Totais	31%	38%
<b>Da capacidade Financeira</b>		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	1,027	1,002
Receitas Próprias de Funcionamento	6 666 146,88 €	6 713 229,47 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	6 496 287,81 €	6 621 001,70 €
<b>Prazo Médio Pagamentos - em dias</b>	<b>48</b>	<b>97</b>

Abaixo apresentamos o cálculo do Prazo médio de pagamentos:

Descrição	1T	2T	3T	4T
Fornecedores	388 656,31	383 238,37	480 488,94	237 580,06
Fornecedores MLP (AVT)	-227 653,83	-227 653,83	-227 653,83	
Fornecedores de investimentos c/c	597 521,17	124 897,95	102 950,80	128 500,11
Outras entidades	4 696,18	13 161,67	3 154,41	2 077,75
<b>Total da Dívida</b>	<b>763 219,83</b>	<b>293 644,16</b>	<b>358 940,32</b>	<b>368 157,92</b>
Compras	7 626,11	11 444,88	11 516,00	9 471,55
Fornecimentos e serviços externos	136 264,87	236 634,61	234 408,09	443 590,95
Ativos Tangíveis	3 471 024,36	233 050,08	180 671,15	334 685,50
Ativos Intangíveis	53 179,05			6 844,95
<b>Total das aquisições</b>	<b>3 668 094,39</b>	<b>481 129,57</b>	<b>426 595,24</b>	<b>794 592,95</b>
Factor [91,25]	19	56	77	42
<b>PMP</b>			<b>48</b>	

### **Em conclusão:**

A receita total cobrada atingiu 8,517 milhões de euros dos 9,328 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2021, apresentando uma execução de 91%. Do montante da receita total cobrada, 869 mil euros correspondem a **receitas próprias**, 21 mil euros a **saldo transitado da gerência anterior**, 7,129 milhões de euros de **transferências totais** e 499 mil euros de **passivos financeiros**.

Face a 2020, o exercício de 2021 encerra com uma diminuição na receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 748 mil euros.

Em relação à despesa verifica-se que a mesma aumentou de forma progressiva desde 2017, até 2020, tendo no ano de 2021 sofrido uma diminuição no valor 954 mil euros.

No final de 2021, o total da despesa paga ascendeu a 8,291 milhões de euros, representando 89% do total orçamentado (9,328 milhões de euros).

O total dos compromissos assumidos, no final de 2021, alcançou os 9,075 milhões de euros face aos 11,162 milhões de euros apurados no ano de 2020.

O saldo a transitar para a gerência de 2021 ronda os 227 mil euros, sendo que, 207 mil euros corresponde a verba consignada.

## **2. Análise económica-financeira**

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardoaal.

### **2.1. Balanço**

Em 2021 o **Ativo** do Município de Sardoaal atingiu os 15,685 milhões de euros registando um aumento de 446 mil euros (3%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

### Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2021	2020	Δ 2020
Ativos fixos tangíveis	13 608 769,50	13 824 066,40	-2%
Ativos intangíveis	63 203,63	1 513,11	4077%
Participações financeiras	290 479,10	290 480,10	0%
Diferimentos..	5 979,15		
Outras contas a receber.	449 049,80		
<b>Ativo não Corrente</b>	<b>14 417 481,18</b>	<b>14 116 059,61</b>	<b>2%</b>
Inventários	62 946,01	63 600,58	-1%
Devedores por transferências e subsídios não	3 158,01	51 738,51	-94%
Cientes, contribuintes e utentes	19 619,15	18 195,79	8%
Estado e outros entes públicos	46 570,64	47 881,85	-3%
Outras contas a receber	829 203,31	840 271,17	-1%
Diferimentos...	4 717,10	8 060,32	-41%
Caixa e depósitos	301 060,02	92 812,67	224%
<b>Ativo Corrente</b>	<b>1 267 274,24</b>	<b>1 122 560,89</b>	<b>13%</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>15 684 755,42</b>	<b>15 238 620,50</b>	<b>3%</b>

O **Ativo não corrente** com o valor de 14,417 milhões euros representa 92% do total do ativo, tendo registado um aumento de 301 mil euros (2%).

Já o **Ativo corrente**, com o valor de 1,267 milhões de euros, com o peso de 8%, registou um aumento de 13%, no valor de 145 mil euros.

Os **ativos fixos tangíveis** representam 87% do total do ativo e registaram uma diminuição de 215 mil euros.

Esta diminuição deve-se sobretudo às depreciações que os ativos registaram no referido ano.

Os **ativos fixos intangíveis** com o valor de 63 mil euros, registaram um aumento de 62 mil euros fruto das despesas relacionadas com o PDM.

Também a conta **outras contas a receber** pela primeira vez figura no ativo, com o valor de 449 mil euros, valor esse, referente ao contrato existente entre o Município e a empresa Águas Vale do Tejo. S.A pela concessão de infraestruturas, sendo que anualmente o valor será abatido em 3%. De referir que neste acordo não foi incluída a infraestrutura “Barragem da Lapa” uma vez que a mesma foi contratualizada de uma outra forma, neste caso, a venda da mesma pelo valor de 1,098 milhões de euros, tendo o Município já arrecadado o valor de 300 mil euros.

Apesar da rubrica **Cientes, contribuintes e utentes** apresentar um valor liquido de 20 mil euros, na mesma está considerada a verba de 870 mil euros referente a perdas por imparidades acumuladas, onde está inscrito o valor de 798 mil euros referente à venda da Barragem da Lapa.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 301 mil euros, registou um aumento de 208 mil euros. Esta variação está relacionada com a variação do saldo da gerência para o ano seguinte, variação essa explicada anteriormente.

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoal fechou o ano com um valor de 5,065 milhões de euros, sendo constituído em 66% por **Passivo não corrente** e em 34% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

#### Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2021	2020	Δ 2020
Provisões	120 165,32	197 484,90	-39%
Financiamentos obtidos	2 704 398,53	2 714 629,02	0%
Fornecedores		227 653,83	-100%
Diferimentos...	449 049,80		
Outras contas a pagar	72 350,63	71 815,86	1%
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>3 345 964,28</b>	<b>3 211 583,61</b>	<b>4%</b>
Credores por transferências e subsídios não re	64 465,60	78 263,13	-18%
Fornecedores.	237 580,06	391 669,17	-39%
Estado e outros entes públicos.	88 579,20	243 878,23	-64%
Financiamentos obtidos.	339 574,27	375 754,01	-10%
Fornecedores de investimentos	152 503,56	912 900,73	-83%
Outras contas a pagar.	780 572,17	539 313,98	45%
Diferimentos.	55 605,01	60 373,02	-8%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>1 718 879,87</b>	<b>2 602 152,27</b>	<b>-34%</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>5 064 844,15</b>	<b>5 813 735,88</b>	<b>-13%</b>

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 13%, sendo que, o **Passivo não corrente**, aumentou 4%, no valor de 134 mil euros, e o **Passivo corrente** com diminuição de 34%, no valor de 883 mil euros, tendo esta componente contribuído para a redução de 749 mil euros.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se a rubrica **Provisões** com uma diminuição em cerca de 77 mil euros, onde está inscrita a verba referente à cobertura de prejuízos da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A, sendo que a mesma reduziu de 127 mil euros para 50 mil euros a considerar no ano de 2021.

Em relação à rubrica **Financiamentos Obtidos** verifica-se que a mesma se mantém, sendo que a variação é negativa no valor de 10 mil euros. De referir que no ano de 2021 foi incrementado o valor de 228 mil euros referente ao acordo celebrado entre o Município, a empresa Águas Vale do Tejo, S.A e o Banco Europeu do Investimento para cessão de créditos da dívida que o Município tinha para com as AVT.

A rubrica **Fornecedores**, cujo valor passou a ser nulo, 228 mil euros no ano de 2020, de acordo com a explicação na rubrica anterior.

Em relação à rubrica **Diferimentos**, também aqui, e tal como foi referido na conta **outras contas a receber**, pertencente ao **ativo não corrente**, foi registado o valor de 449 mil euros, referente ao contrato existente entre o Município e a empresa Águas Vale do Tejo. S.A pela concessão de infraestruturas, sendo que anualmente será feito o proveito no valor de 3%.

O **Passivo corrente**, tendo-se fixado no valor de 1,719 milhões de euros, com uma diminuição de 883 mil euros, verifica-se que praticamente todas as rubricas contribuíram para a redução, destacando-se três rubricas, **Fornecedores cc**, e de **investimento e Estado e outros entes Públicos**, registando reduções de 154 mil euros, 760 mil euros e 155 mil euros, respetivamente.

Apenas a rubrica **outras contas a pagar** que se fixou nos 781 mil euros, registando um aumento 241 mil euros, fruto da rubrica **outras acréscimos de gastos** que registaram um aumento de 189 mil euros.

Os **fundos próprios** do Município passaram a totalizar 10,620 milhões de euros, o que traduz um aumento de 1,195 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

A rubrica **Resultados Transitados**, registaram uma variação negativa de 814 mil euros face ao ano anterior, sendo que o valor de 728 mil euros foi referente ao Resultado líquido do ano anterior, e o valor de 55 mil euros referente a ajustamentos feitos no âmbito da transição para o SNC-AP.

A rubrica **outras variações no Património Líquido** registaram um aumento no valor de 1,628 milhões de euros, e refere-se à diferença entre as verbas recebidas dos fundos comunitários, que se decompõem da seguinte forma:

- Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), no valor de 392 mil euros
- Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, no valor de 399 mil euros
- Depressão Elsa e Fabien, no valor de 38 mil euros
- CENTRO 2020 - Escola Básica 1,2,3 e Sec. Sardoal, 1,235 milhões de euros

e a imputação de subsídios e transferências para investimentos que ascendeu ao valor de 457 mil euros.

O **Resultado líquido do período**, apesar do valor ser negativo em 347 mil euros, registou uma diminuição de 381 mil euros.

## Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2021	2020	Δ 2020
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	
Resultados transitados	-20 238 324,09	-19 424 125,77	4%
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	
Outras variações no Património Líquido	9 769 151,75	8 140 681,90	20%
Resultado líquido do período	-346 806,10	-727 561,22	-52%
<b>Passivo dos Fundos Próprios</b>	<b>10 619 911,27</b>	<b>9 424 884,62</b>	<b>13%</b>

## 2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é negativo, e ascende a cerca de 347 mil euros, sendo que o mesmo diminuiu face ao ano anterior, em cerca de 381 mil euros.

Falando agora sobre as componentes da demonstração de resultados, os rendimentos, em 2021 foram de 6,394 milhões de euros para um nível de gastos de 6,740 milhões de euros, tendo-se verificado, aumentos em cerca de 7% nos rendimentos e apenas de 0,2% nos gastos, mais 397 mil euros e 16 mil euros respetivamente.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2021.

### Evolução dos Rendimentos

Proveitos	2021	2020	Δ 2020	Δ 2020 (valor)
Impostos, contribuições e taxas	502 048,04	454 874,43	10%	47 173,61
Vendas	367,08	83 859,12	-100%	-83 492,04
Prestações de serviços e concessões	176 354,20	263 439,93	-33%	-87 085,73
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 954 579,35	4 510 717,30	10%	443 862,05
Trabalhos para a própria entidade	17 787,31	5 134,21	246%	12 653,10
Outros rendimentos	742 416,10	678 411,19	9%	64 004,91
Juros e rendimentos similares obtidos	0,02			0,02
<b>Total de Proveitos</b>	<b>6 393 552,10</b>	<b>5 996 436,18</b>	<b>7%</b>	<b>397 115,92</b>

Os **Rendimentos** que ascenderam a 6,394 milhões de euros, registaram um aumento 7%, o que representa em termos absolutos o valor de 397 mil euros.

A rubrica **Impostos, contribuições e taxas** com o valor de 502 mil euros, registou um aumento de 10%, o que equivale ao valor de 47 mil euros. A rubrica principal que contribuiu para esta variação positiva foi a rubrica **Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis**, com uma variação de 45 mil euros.

A rubrica **Vendas** registou uma diminuição de 84 mil euros, sendo que a referida variação se verificou na  **venda de água**, uma vez que o município ainda prestou o referido serviço

até maio de 2020, apesar de ter só cobrado os três primeiros meses, pois a concessão dos serviços aconteceu no dia 01 de junho de 2020 para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, S.A.

A rubrica **Prestações de serviços e concessões** registou também uma diminuição de 87 mil euros, sendo que a referida variação se verificou na prestação dos serviços de **saneamento e recolha dos resíduos sólidos**, em que a justificação igual à dada anteriormente.

A rubrica **Transferências e subsídios correntes obtidos** com o valor de 4,955 milhões de euros, registando um aumento de 10%, o que equivale ao valor de 444 mil euros. Para tal contribuiu os aumentos do valor do FEF no valor de 259 mil euros, das verbas referente à delegação de competências no âmbito da educação, no valor de 56 mil euros, do subsidio referente aos DECIR no valor de 34 mil euros, dos subsídios oriundo do IEFPP, no âmbito dos CEI+ no valor de 21 mil euros e ainda dos subsídios referente às candidatura do PEDIME II e caminhos da pedra no valor de 72 mil euros.

A rubrica **outros rendimentos** com o registo de 742 mil euros, aumentou em cerca de 64 mil euros, destacando-se o aumento da rubrica **correções de anos anteriores** no valor de 31 mil euros e da rubrica **imputação de subsídios e transferências para investimentos** com um aumento no valor de 60 mil euros. Em sentido contrário temos a rubrica **rendimentos em investimentos não financeiros** que registou uma diminuição de 10 mil euros.

Efetuada uma análise, em termos absolutos, aos **gastos** de 2021, podemos concluir que houve um aumento residual de 16 mil euros face a 2020.

### Evolução dos Gastos

Gastos	2021	2020	Δ 2020	Δ 2020 (valor)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	39 484,86	47 029,83	-16%	-7 544,97
Fornecimentos e serviços externos	1 050 833,60	1 104 306,68	-5%	-53 473,08
Gastos com pessoal	3 632 137,16	3 590 162,85	1%	41 974,31
Transferências e subsídios concedidos	667 558,56	591 615,72	13%	75 942,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	950,77	14 107,99	-93%	-13 157,22
Outros gastos	203 624,33	153 784,17	32%	49 840,16
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 112 667,91	1 191 089,44	-7%	-78 421,53
Juros e gastos similares suportados	33 101,01	31 900,72	4%	1 200,29
<b>Total dos Gastos</b>	<b>6 740 358,20</b>	<b>6 723 997,40</b>	<b>0,2%</b>	<b>16 360,80</b>



Assim verifica-se que algumas rubricas se destacam, neste caso concreto, a rubrica **Fornecimentos e serviços externos** com o valor de 1,051 milhões de euros tendo registado uma diminuição de 53 mil euros. Tal como aconteceu nos rendimentos também aqui, os serviços que foram cedidos à empresa Tejo Ambiente, S.A registaram diminuições na ordem dos 117 mil euros.

Em relação aos aumentos destaca-se os gastos com iluminação pública com uma variação de 58 mil euros, eletricidade dos edifícios com um aumento de 49 mil euros, e fornecimento de refeições escolares com aumento de 33 mil euros.

Os **gastos com o pessoal** que ascenderam a cerca de 3,632 milhões de euros, tendo um peso de 54% do total dos gastos, registando um aumento de 1%, no valor de 42 mil euros face a 2020. Para tal contribuíram as alterações remuneratórias obrigatórias, no âmbito da avaliação e desempenho, a novas contratações em regime indeterminado, três bombeiros sapadores, e através de mobilidade, neste caso as duas educadoras de infância para a creche municipal.

Em relação às **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 668 mil euros, com um aumento de 76 mil euros comparativamente com 2020. O referido aumento foi fruto das isenções dadas ao comercio no âmbito da pandemia COVID\_19 no valor de 90 mil euros, o pagamento às famílias, cujos gastos aumentaram em cerca de 89 mil euros, nomeadamente, natalidade, bolsas de estudo, transportes escolares, emprego apoiado, contratos de emprego e inserção e ainda as despesas relacionadas com o DECIR. Em sentido contrário, isto é, diminuição no valor de 77 mil euros referente à transferência para cobertura de prejuízos da empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A. que no ano de 2021 ascende a cerca de 50 mil euros, sendo que em 2020 o valor da cobertura foi de 128 mil euros.

A rubrica **outros gastos**, com o valor de 204 mil de euros, registando um aumento de 50 mil euros face ao ano de 2020. Nesta componente as correções de anos anteriores registaram um aumento de 130 mil euros. Em sentido contrário temos os impostos e taxas que diminuíram em 20 mil euros e os gastos em investimento não financeiros, nomeadamente abates, que reduziu em cerca de 28 mil euros.

A rubrica **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1,113 milhões de euros, registaram uma diminuição de 78 mil euros face a 2020.

## **2.3. Indicadores económico-financeiros**

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais

indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,68	0,62
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	2,10	1,62
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,74	0,43
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	0,70	0,41
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,18	0,04
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-3%	-8%

## 2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

Contudo e no âmbito do regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nos termos do artigo 7º da Lei nº 6/2020 de 10 de abril na sua atual redação, para o ano de 2021 o **equilíbrio orçamental não se aplica**.

## 2.5. Endividamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei 35/2020, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2021 do Município de Sardeal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excedeu o limite de endividamento.

<b>Apuramento do limite da Dívida Total para 2021</b>	
<b>1. Total receita cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>16 633 092,00 €</b>
<b>2. Média da receita</b>	<b>5 544 364,00 €</b>
<b>3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos</b>	<b>8 316 546,00 €</b>
<b>Apuramento da Dívida Total</b>	
<b>4. Dívida total operações orçamentais do Município</b> (desagregar por contas patrimoniais)	
<b>Passivo não corrente</b>	2 776 749,16 €
<b>Passivo corrente</b>	955 752,74 €
<b>5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total</b>	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	4 114,38 €
Valnor, S.A	116 789,38 €
<b>6. Exclusões</b>	
Emprestimo Excecionado (artigos 82º e 102º OE 2017 e 2018)	-816 526,25 €
Fundo de Apoio Municipal	
Operações de Tesouraria	-74 338,69 €
<b>7. Dívida Total a 31/12/2021 excluindo operações extraorçamentais</b>	<b>2 962 540,72 €</b>
<b>Apuramento da Capacidade de Endividamento</b>	
8. Limite da dívida total da autarquia calculado a 01/01/2021	8 316 546,00 €
9. Montante da Dívida Total em 01/01/2021 (excluindo operações extraorçamentais)	4 222 649,00 €
<b>10. Margem Absoluta</b>	<b>4 093 897,00 €</b>
11. Margem utilizável (20% - alínea b) do n.º 3 do art.º 52º)	
12. Montante de empréstimos já contratualizados e não refletidos na dívida	608 834,84 €
<b>13. Margem efetivamente disponível para endividamento</b>	<b>4 745 170,44 €</b>

## 2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total em 2021 ascende a 3,733 milhões de euros, registando uma diminuição de 1,308 milhões de euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 2,777 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 956 mil euros, tendo os mesmos registado diminuições no valor de 237 mil euros e 1,071 milhões de euros respetivamente.

### Evolução da dívida global

Divida Total	2021	2020	Diferença	Δ 2020
Financiamentos obtidos	2 704 398,53	2 714 629,02	-10 230,49	0%
Fornecedores		227 653,83	-227 653,83	-100%
Outras contas a pagar	72 350,63	71 815,86	534,77	1%
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>2 776 749,16</b>	<b>3 014 098,71</b>	<b>-237 349,55</b>	<b>-8%</b>
Credores por transferências e subsídios não re	64 465,60	78 263,13	-13 797,53	-18%
Fornecedores.	237 580,06	391 669,17	-154 089,11	-39%
Estado e outros entes públicos.	88 579,20	243 878,23	-155 299,03	-64%
Financiamentos obtidos.	339 574,27	375 754,01	-36 179,74	-10%
Fornecedores de investimentos	152 503,56	912 900,73	-760 397,17	-83%
Outras contas a pagar.	73 050,05	24 134,89	48 915,16	203%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>955 752,74</b>	<b>2 026 600,16</b>	<b>-1 070 847,42</b>	<b>-53%</b>
<b>Divida Total</b>	<b>3 732 501,90</b>	<b>5 040 698,87</b>	<b>-1 308 196,97</b>	<b>-26%</b>

Em relação às justificações referente às variações registadas, as mesmas já foram dadas no capítulo do Balanço, no caso concreto o Passivo.

### 2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho n° 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2021, o mesmo registava um prazo de **48 dias** contra os 97 dias registados em 31 dezembro de 2020.

No quadro abaixo, apresentamos o cálculo do mesmo.

#### Cálculo do Prazo médio de Pagamentos

Descrição	1T	2T	3T	4T
Fornecedores	388 656,31	383 238,37	480 488,94	237 580,06
Fornecedores MLP (AVT)	-227 653,83	-227 653,83	-227 653,83	
Fornecedores de investimentos c/c	597 521,17	124 897,95	102 950,80	128 500,11
Outras entidades	4 696,18	13 161,67	3 154,41	2 077,75
<b>Total da Dívida</b>	<b>763 219,83</b>	<b>293 644,16</b>	<b>358 940,32</b>	<b>368 157,92</b>
Compras	7 626,11	11 444,88	11 516,00	9 471,55
Fornecimentos e serviços externos	136 264,87	236 634,61	234 408,09	443 590,95
Ativos Tangíveis	3 471 024,36	233 050,08	180 671,15	334 685,50
Ativos Intangíveis	53 179,05			6 844,95
<b>Total das aquisições</b>	<b>3 668 094,39</b>	<b>481 129,57</b>	<b>426 595,24</b>	<b>794 592,95</b>
Factor [91,25]	<b>19</b>	<b>56</b>	<b>77</b>	<b>42</b>
<b>PMP</b>			<b>48</b>	

### 3. Contabilidade de Gestão

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais. Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro.

O sistema atual não permite obter informação completa e fiável da imputação dos custos diretos e indiretos por cada bem produzido ou serviço prestado, e considerando a IPSAS 33, que estabelece um “período de transição opcional de três anos” na adoção pela primeira vez do normativo.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O SNC AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal, completa a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

Vem ainda facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

De seguida é efetuada uma análise de **custos por funções**, sendo que os **indiretos a funções** foram imputados tendo em conta a execução dos **custos diretos e indiretos a bens e serviços**.

### **3.1. Análise de custos por funções**

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Da análise do mapa seguinte, cujos custos se encontram desagregados por funções, podemos destacar o peso de 47% das **funções gerais**, sendo que este grupo abrange os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio (área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos).

As **Funções Sociais** representam cerca 2,328 milhões de euros, correspondendo a 35% dos custos do município.

No âmbito das **funções económicas**, que representam 943 mil de euros, destacamos as rubricas dos **transportes rodoviários** e da **indústria e energia** que totalizam 10% do total das despesas desta função.

### Gastos por Funções

Função	Designação	Custos Diretos a	Custos Indiretos	Custos Indiretos	Total dos Custos	Execução
		Bens e Serviços	a Bens e Serviços	a Funções		
<b>Funções Gerais</b>		<b>788 676,00 €</b>	<b>1 037 391,73 €</b>	<b>1 360 066,43 €</b>	<b>3 186 134,16 €</b>	<b>47%</b>
111	Administração Geral	539 299,60 €	922 760,72 €	1 088 951,48 €	2 551 011,80 €	38%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	249 376,40 €	114 631,01 €	271 114,95 €	635 122,36 €	9%
<b>Funções Sociais</b>		<b>967 293,49 €</b>	<b>366 882,10 €</b>	<b>993 702,15 €</b>	<b>2 327 877,74 €</b>	<b>35%</b>
211	Ensino Não Superior	84 544,96 €	147 567,41 €	172 878,72 €	404 991,09 €	6%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	196 767,39 €	4 889,91 €	150 195,59 €	351 852,89 €	5%
221	Serviços Individuais de Saúde	194 206,26 €	181,26 €	144 781,02 €	339 168,54 €	5%
231	Segurança Social	697,56 €	143 556,39 €	107 441,23 €	251 695,18 €	4%
232	Ação Social	38 243,54 €	8 633,42 €	34 914,25 €	81 791,21 €	1%
241	Habituação	- €	213,48 €	159,00 €	372,48 €	0%
242	Ordenamento do Território	4 694,47 €	266,63 €	3 695,06 €	8 656,16 €	0%
243	Saneamento	15 420,73 €	- €	11 485,45 €	26 906,18 €	0%
244	Abastecimento de Água	174 420,32 €	- €	129 909,32 €	304 329,64 €	5%
245	Resíduos Sólidos	- €	- €	- €	- €	-
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	99 037,63 €	431,64 €	74 085,32 €	173 554,59 €	3%
251	Cultura	99 116,06 €	40 613,55 €	104 071,47 €	243 801,08 €	4%
252	Desporto, Recreio e Lazer	60 144,57 €	20 528,41 €	60 085,73 €	140 758,71 €	2%
<b>Funções Económicas</b>		<b>511 727,47 €</b>	<b>28 949,10 €</b>	<b>402 699,22 €</b>	<b>943 375,79 €</b>	<b>14%</b>
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	46 787,11 €	662,80 €	35 340,98 €	82 790,89 €	1%
320	Indústria e Energia	187 230,74 €	2 325,59 €	141 182,72 €	330 739,05 €	5%
331	Transportes Rodoviários	192 259,73 €	10 035,61 €	150 670,81 €	352 966,15 €	5%
332	Transportes Aéreos	136,41 €	- €	101,60 €	238,01 €	0%
341	Mercados e Feiras	- €	- €	- €	- €	-
342	Turismo	74 520,92 €	7 149,84 €	60 828,88 €	142 499,64 €	2%
350	Outras Funções Económicas	10 792,56 €	8 775,26 €	14 574,23 €	34 142,05 €	1%
<b>Outras Funções</b>		<b>85 058,10 €</b>	<b>77 912,00 €</b>	<b>121 381,13 €</b>	<b>284 351,23 €</b>	<b>4%</b>
410	Operações da Dívida Autárquica	22 991,91 €	- €	17 124,52 €	40 116,43 €	1%
420	Transferências Entre Administrações	62 066,19 €	- €	46 227,28 €	108 293,47 €	2%
430	Diversas Não Especificadas	- €	77 912,00 €	58 029,33 €	135 941,33 €	2%
<b>Sub-Total</b>		<b>2 352 755,06 €</b>	<b>1 511 134,93 €</b>	<b>2 877 848,94 €</b>	<b>6 741 738,93 €</b>	<b>100%</b>

## 3.2 COVID-19 - Despesas vs receita não arrecadada

No ano de 2021 foi necessário dar continuidade ao combate e tendo-se desenvolvido ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas prorrogações das medidas excepcionais e temporárias.

Assim no mapa abaixo podemos verificar quais os custos que o Município teve que suportar bem como as receitas que deixou de arrecadar.

### Gastos COVID-19 versus receita não cobrada

Despesas	Valor
Aquisição de Bens e Serviços - Saúde	15 494,14
Aquisição de Bens e Serviços - Apoios Sociais	87,00
Aquisição de Bens e Serviços - Educação	22 496,39
Transferências Correntes - Instituições Sem Fins Lucrativos e Famí	68 944,20
Investimentos - Saúde	689,91
<b>Total de Despesas</b>	<b>107 711,64</b>

Previsões de Redução de Receitas	Valor
Taxas, Licenças, Multas ou Outras Penalidades por ocupação da via pública, publicidade, mercados e feiras e outras - EM VALOR - POSITIVO - (euros)	1 026,00
Vendas de bens e serviços, incluindo fornecimento de água, recolha e tratamento de esgotos, recolha de lixo e outras - EM VALOR - POSITIVO - (euros)	45 896,00
Outras reduções de receitas - EM VALOR - POSITIVO - (euros)	5 401,00
<b>Total de Redução de Receitas</b>	<b>52 323,00</b>

<b>Impacto Total</b>	<b>160 034,64</b>
----------------------	-------------------

Como podemos verificar o Município de Sardoal, no ano de 2021 teve que suportar custos que ascenderam a 108 mil euros. Deixou ainda de arrecadar verba, cuja previsão ascende 52 mil euros.

Assim podemos concluir que o resultado líquido do período foi afetado no seu valor, em 160 mil euros referente à pandemia COVID-19.

#### 4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de Sardoal à data de 31 dezembro de 2021, não apresentou pagamentos em atraso.

## 5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 346.806,10 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

## Capítulo III – Reporting de atividades

O ano de 2021 não pode deixar de continuar associado à situação pandémica que nos tem assolado, continuado a influenciar uma boa parte do desempenho das atividades desenvolvidas e inevitavelmente com impacto económico e financeiro. Estas consequências foram notórias, não só diretamente, mas também junto de entidades terceiras, com quem o Município articula.

A exemplo do ano anterior, muitas das nossas sinergias foram direcionadas para dar resposta a esta realidade, dando especial atenção aos mais necessitados, às franjas mais vulneráveis e mais expostas às contrariedades provocadas pela pandemia.

Neste documento damos reporte da situação económica e financeira decorrente da execução de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, inscritas nas Grandes Opções do Plano e diferentes dotações corrigidas em orçamento.

Com as contrariedades anteriormente expostas, concretizou-se e deu-se continuidade ao seguidamente exposto:

### 1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Foi garantido o normal funcionamento dos serviços, com algumas condicionantes do atendimento ao público e da necessidade de se proceder ao teletrabalho. Para a sua boa realização foi adquirido equipamento informático e de comunicações.
- ✓ Foram realizadas diversas ações de formação, em diferentes áreas valorizando os recursos humanos do Município, em articulação com diferentes entidades muito especialmente a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.
- ✓ Desenvolvemos vários procedimentos no âmbito da Descentralização de competências.
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
  - Foram realizadas as reparações necessárias nas instalações e viaturas, assim como adquiridos Equipamentos de Proteção Individual visando a melhor capacidade de resposta e proteção dos operacionais;



- No Gabinete Técnico Florestal foi dada continuidade às atividades de acompanhamento, desenvolvimento e execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Foi dada continuidade à requalificação dos caminhos florestais para prevenção e combate a incêndios, e apoio aos proprietários agroflorestais;
- Foram efetuados trabalhos de manutenção das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária como da rede secundária, de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Rurais;
- Foram garantidas todas as ações de proteção e socorro pelos Bombeiros Municipais de Sardeal, com especial destaque aos trabalhos referentes ao combate da pandemia COVID 19;
- Todas as atividades neste âmbito realizaram-se em estreita colaboração com o ICNF, GNR, ANEPC e INEM;

## 1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**,

- ✓ Ainda em tempos de pandemia houve necessidade de se dar continuidade às aulas on-line apoiando os alunos no ultrapassar de dificuldades tanto por falta de rede como de equipamentos informáticos. Os constrangimentos encontrados foram sendo ultrapassados em estreita parceria com o Agrupamento de Escolas de Sardeal.
- ✓ A requalificação das instalações e equipamentos tem estado nas nossas prioridades de modo a garantir mais e melhores condições em todo o processo de ensino/aprendizagem.
  - Continuámos a assegurar o circuito de transporte escolar através de viaturas do Município e também da Empresa Rodoviária do Tejo, S.A nos termos do contrato celebrado pela CIMT no âmbito da transferência de competências, delegando na CIMT como autoridade de transportes de acordo com o contrato celebrado com o Município, adequando-os ao desfasamento de horários das aulas presenciais, aumentando os circuitos;
  - Continuámos com os programas da componente de apoio à família (CAF) e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
  - Na Biblioteca do Município demos continuidade às atividades já desenvolvidas em anos anteriores (aquisição de obras literárias no âmbito do Plano Nacional de Leitura, Concurso de Natal), adaptando as respostas enquadradas na situação que atravessámos com “O Livro à Janela”;

- Demos continuidade aos protocolos com o Agrupamento de Escolas de Sardeal, nomeadamente o complemento de apoio às atividades extracurriculares (AEC) no 1º Ciclo;
  - Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo;
  - Demos continuidade à obra da empreitada referente à qualificação da Escola EB 1, 2, 3 e Secundária de Sardeal;
  - Demos continuidade à nossa participação na Rede de Escolas de Excelência;
  - Participámos no grupo de trabalho para a educação na CIMT na elaboração do projeto “Sucesso Educativo no Médio Tejo: valorização do ensino profissional e estratégia educativa”;
  - Procedemos à montagem do Laboratório de Ciências do 1º Ciclo, na Sala polivalente deste Ciclo – Agrupamento de Escolas de Sardeal.
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
- Ao nível da **Educação:**
    - Continuámos com o Programa da Fruta Escolar, com expansão ao pré-escolar, com financiamento exclusivo da Autarquia;
    - Mantivemos o reforço na atribuição dos auxílios económicos;
    - Continuámos com o Programa de Generalização das Refeições Escolares;
    - Continuámos com atribuição de refeições escolares gratuitas a todas as crianças até final do 2º ciclo;
    - Desenvolvemos atividades de tempos livres no período de interrupção letiva no verão;
    - Continuámos com a atribuição Bolsas de Estudo a alunos que frequentam o ensino superior, incluindo cursos TESP;
    - Demos continuidade à implementação do Projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, nomeadamente através da Educação pela Arte com os alunos do 1º Ciclo do Agrupamento;
    - Acompanhámos o processo E@D (Ensino à Distância) e articulação de medidas de apoio à comunidade Escolar e ao Agrupamento de Escolas
    - Procedemos à distribuição de refeições aos alunos inseridos nos escalões de Ação Social A e B em modalidade de takeaway (distribuição nas residências para os alunos residentes fora da Vila);
    - Procedemos à distribuição de computadores e hotspots pelos alunos necessitados destes equipamentos e acompanhamento para resolução de problemas técnicos;

- Mantivemos as AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família) na modalidade de Ensino à Distância;
- Realizámos o transporte de alunos para a Escola sede para aulas presenciais;
- Adjudicámos a obra de Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel para instalação da Biblioteca Municipal.
- Ao nível da **Habitação**:
  - Continuámos com o processo de atribuição, transferências de Habitação, Atualização de Rendamentos/Cálculo de Rendamentos;
  - Fizemos algumas obras de manutenção, conservação e requalificação nas habitações sociais;
  - Demos início à elaboração Estratégia Local de Habitação;
- Assegurámos o atendimento diário aos Munícipes;
- Reforçámos a atividade na Loja Social;
- Continuámos a ser parceiros no Projeto de Intervenção Precoce;
- Colaborámos no processo de atribuição do Rendimento Social de Inserção;
- Dinamizámos a Rede Social, através do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social;
- Colaborámos no preenchimento da base de dados concelhia, no âmbito do Programa Rede Social;
- Canalizámos muitos dos nossos esforços em diferentes ações da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardeal;
- Continuámos a atribuir incentivos à Natalidade;
- Demos continuidade à Universidade Sénior, nas suas diferentes atividades;
- Outras áreas **Sociais**
  - Implementámos o Projeto Adélia - Apoio à Parentalidade Positiva (Programa de Ideação e Aceleração-Design Thinking para a Inovação Social);
  - Demos continuidade ao Projeto MARIA – Estrutura de Atendimento a Vitimas de Violência Doméstica;
  - Privilegiámos uma estreita relação com os diferentes parceiros, muito particular no Conselho Local de Ação Social, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens assim como com o CLDS.
  - Privilegiámos o atendimento presencial, assim como visitas domiciliárias visando encontrar as melhores respostas para todos os que se revelaram necessitados das nossas respostas sociais.
  - Demos continuidade ao Protocolo com Associação Dignidade no âmbito Programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento);

- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**, desenvolvemos as seguintes atividades:
  - A Comemoração do 25 de Abril teve um significado especial, perante uma praça vazia, não deixámos de, simbolicamente hastear as bandeiras ao som do Hino Nacional;
  - Realizámos o Festival Internacional de Piano em modo misto (presencial e on-line);
  - Procedimento e execução do Orçamento Participativo 2020 que resultou na eleição do Projeto nº 2 – “N2 – Caminho de Memórias”;
  - Início da execução da candidatura- Programação Cultural em Rede, “Viver ao Vivo com Tempo no Centro” com os municípios de Celorico da Beira e Castanheira de Pera e a Academia Aquiles Delle Vigne;
  - Organizámos diversos concursos temáticos em modalidade digital, nomeadamente os concursos “Semana Santa – Tapetes de Flores” e “Cores e Afetos de Natal”;
  - Início da execução da candidatura – Programação Cultural em Rede, “Camões, Gil Vicente, Botto e outros que por cá passaram”, com os municípios de Abrantes e Constância.
- ✓ A área do **Turismo** apesar dos constrangimentos causados pela pandemia, não deixou de ser uma oportunidade com a dinâmica dada pela Rota da Estrada Nacional 2, uma estratégia comum aos vários Municípios atravessados por esta via e que se tem revelado potenciadora de várias oportunidades no âmbito do Turismo e, conseqüentemente, da dinâmica da nossa economia local.
  - Após a conclusão da requalificação da Capela de Nossa Senhora do Carmo, foi tempo de produzirmos conteúdos que farão parte do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património
  - Representámos o Município no Workshop Internacional Religioso em Fátima (on-line);
  - Participámos no programa de televisão da RTP1 “Aqui Portugal” para promoção das Capelas Enfeitadas com Tapetes de Flores;
  - Promovemos a participação na capacitação de Agentes locais, em parceria com a Associação de Municípios da Rota da Estrada N2;
  - Participámos no grupo de trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo;
  - Estamos a construir em parceria com outros municípios do Médio Tejo o projeto “Caminhos de Fátima no Médio Tejo”;
  - Acolhemos o evento de Moto Turismo “Lés-a-Lés” em colaboração com a Federação de Motociclismo de Portugal;
  - Em articulação com a CIMT, lançámos a nova aplicação “Descubra”.

- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
  - Concluímos a requalificação da Piscina Descoberta no âmbito do Programa BEM – Beneficiação de Equipamentos Municipais;
  - Realizámos trabalhos de manutenção no complexo desportivo;
  - Realizámos trabalhos de manutenção nos percursos pedestres;
  - Assegurámos a realização das atividades de aprendizagem e desenvolvimento da modalidade desportiva de natação e hidroginástica;
  - Realizámos trabalhos de manutenção das infraestruturas e equipamentos na Área de Lazer da Lapa;
  - Realizámos trabalhos de manutenção da Área de Lazer da Rosa Mana;
  - Continuámos com a colaboração na dinamização e promoção da Rota da N2;
  - Instalámos novos aparelhos de manutenção no Parque de Merendas do Ribeiro Barato;
  - Vimos aprovada a candidatura ao Centro de Cyclin´ Portugal.
  - Conclusão das obras de requalificação da Piscina Municipal Descoberta.
  
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**:
  - A exemplo de anos anteriores, promovemos atividades de voluntariado no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
  - Demos continuidade aos trabalhos de manutenção dos 4 cemitérios propriedade do Município (Sardoal, Cabeça das Mós, Andreus e S. Simão);
  - Participámos na gestão Centro de Recolha Oficial, uma parceria com os municípios de Abrantes e Constância.

## **1.3 Das Funções Económicas**

- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia**:
  - Em conjunto com a EDP, demos continuidade a ampliação e racionalização da rede de Iluminação Pública com a substituição de luminárias para tecnologia LED;
  - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21.
  
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações**:
  - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
  - Temos vindo a desenvolver esforços junto do Governo e da ANACON e operadoras na área das comunicações, no sentido de vermos melhorado o acesso à rede móvel e à internet;
  - Pavimentámos arruamentos na Freguesia de Santiago de Montalegre;

- Procedemos à colocação de sinalização vertical e horizontal nas diversas localidades do Concelho;
- Demos continuidade à substituímos de abrigos de passageiros;
- Reparámos diversos caminhos, pontões e passeios em todo o Concelho.
- ✓ Procedemos à correção do talude da entrada de Sardeal
- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshops dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Realizámos a iniciativa de mostra de Árvores de Natal em parceria com Comércio, serviços e associações do Concelho;
- ✓ Organizámos um sorteio de Natal no comércio e serviços;
- ✓ Registámos as marcas “Cá da Terra” e “Sardeal - Terra Pura” no Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- ✓ Lançámos a aplicação Muni Sardeal;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário.

## 1.4 Das Outras Funções

- ✓ Tal como tem acontecido em anos anteriores, destacamos novamente, a satisfação do serviço da dívida ao longo de 2021, decorrente dos Empréstimos de Médio e Longo Prazos contratados;
- ✓ Apoiámos as nossas coletividades no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- ✓ Colaborámos ativamente com o Instituto Nacional de Estatística, no âmbito da operação [Censos 2021](#) (*XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação*);
- ✓ Elaborámos e operacionalizámos acordos de execução com as Juntas de Freguesia;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

## 2. Grandes Opções do Plano

Em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas registaram uma execução de 84% (3,126 milhões de euros).

De referir ainda que a despesa faturada ascendeu a 3,387 milhões de euros, registando uma execução de 91%.

A rubrica **Ensino não superior** foi a que mais contribuiu para a execução total das GOP's, com um peso de 44%, com o valor total de 1,381 milhões de euros, sendo que a mesma teve

uma faturação de 1,385 milhões de euros. Os resultados em causa foram essencialmente relacionados com a obra e apetrechamento da Escola EB 2, 3 e secundária de Sardoal.

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, com valor de 801 mil euros, tendo um peso de 26%.

### Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>195 512,00</b>	<b>193 478,00</b>	<b>157 953,32</b>	<b>82%</b>	<b>124 762,16</b>	<b>64%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>131 812,00</b>	<b>109 778,00</b>	<b>90 251,70</b>	<b>82%</b>	<b>69 270,84</b>	<b>63%</b>
1.1.1 Administração geral	131 812,00	109 778,00	90 251,70	82%	69 270,84	63%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>63 700,00</b>	<b>83 700,00</b>	<b>67 701,62</b>	<b>81%</b>	<b>55 491,32</b>	<b>66%</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	63 700,00	83 700,00	67 701,62	81%	55 491,32	66%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>4 186 869,00</b>	<b>1 990 535,00</b>	<b>1 776 340,76</b>	<b>89%</b>	<b>1 679 061,46</b>	<b>84%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>3 001 170,00</b>	<b>1 595 805,00</b>	<b>1 502 809,91</b>	<b>94%</b>	<b>1 472 281,60</b>	<b>92%</b>
2.1.1 Ensino não superior	2 856 310,00	1 450 295,00	1 385 137,02	96%	1 380 832,02	95%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	144 860,00	145 510,00	117 672,89	81%	91 449,58	63%
<b>2.2.0 Saúde</b>	<b>48 500,00</b>	<b>24 504,00</b>				
<b>2.3.0 Segurança e Acção Sociais</b>	<b>26 576,00</b>	<b>18 777,00</b>	<b>17 535,94</b>	<b>93%</b>	<b>17 535,94</b>	<b>93%</b>
2.3.2 Acção social	26 576,00	18 777,00	17 535,94	93%	17 535,94	93%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>168 554,00</b>	<b>127 708,00</b>	<b>81 894,60</b>	<b>64%</b>	<b>74 705,25</b>	<b>58%</b>
2.4.1 Habitação						
2.4.2 Ordenamento do território	76 947,00	79 947,00	45 854,56	57%	38 665,21	48%
2.4.3 Saneamento	397,00	397,00				
2.4.4 Abastecimento de água	16 968,00	3 191,00	34,99	1%	34,99	1%
2.4.5 Resíduos sólidos	5 579,00	6 169,00	3 934,19	64%	3 934,19	64%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	68 663,00	38 004,00	32 070,86	84%	32 070,86	84%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>942 069,00</b>	<b>223 741,00</b>	<b>174 100,31</b>	<b>78%</b>	<b>114 538,67</b>	<b>51%</b>
2.5.1 Cultura	682 452,00	148 194,00	114 712,82	77%	79 365,71	54%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	259 617,00	75 547,00	59 387,49	79%	35 172,96	47%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>1 146 996,00</b>	<b>382 091,00</b>	<b>353 974,85</b>	<b>93%</b>	<b>267 227,99</b>	<b>70%</b>
<b>3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pescicultura</b>	<b>30 000,00</b>	<b>30 000,00</b>	<b>29 188,80</b>	<b>97%</b>	<b>18 021,00</b>	<b>60%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>	<b>635 216,00</b>	<b>58 917,00</b>	<b>54 681,09</b>	<b>93%</b>	<b>53 151,58</b>	<b>90%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>198 838,00</b>	<b>129 704,00</b>	<b>125 484,87</b>	<b>97%</b>	<b>123 597,68</b>	<b>95%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	198 838,00	129 704,00	125 484,87	97%	123 597,68	95%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>187 270,00</b>	<b>73 405,00</b>	<b>71 237,30</b>	<b>97%</b>	<b>16 125,30</b>	<b>22%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	1 259,00	1 259,00				
3.4.2 Turismo	186 011,00	72 146,00	71 237,30	99%	16 125,30	22%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>	<b>95 672,00</b>	<b>90 065,00</b>	<b>73 382,79</b>	<b>81%</b>	<b>56 332,43</b>	<b>63%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>1 051 338,00</b>	<b>1 164 297,00</b>	<b>1 098 467,95</b>	<b>94%</b>	<b>1 054 628,58</b>	<b>91%</b>
<b>4.1.0 Operações da Dívida Autárquica</b>	<b>749 450,00</b>	<b>801 303,00</b>	<b>801 098,20</b>	<b>100%</b>	<b>801 078,21</b>	<b>100%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre Administrações</b>	<b>261 414,00</b>	<b>349 020,00</b>	<b>286 412,98</b>	<b>82%</b>	<b>245 739,77</b>	<b>70%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>40 474,00</b>	<b>13 974,00</b>	<b>10 956,77</b>	<b>78%</b>	<b>7 810,60</b>	<b>56%</b>
<b>Total</b>	<b>6 580 715,00</b>	<b>3 730 401,00</b>	<b>3 386 736,88</b>	<b>91%</b>	<b>3 125 680,19</b>	<b>84%</b>

Comparando agora com o mesmo período homólogo no ano de 2020, verifica-se que as **GOP'S** registaram uma diminuição de 972 mil euros, o que corresponde a 24%.

Para o referido resultado, o **PPI** contribuiu com uma redução no valor de 839 mil euros, e as **Atividades Mais Relevantes (AMR)** com uma redução de 133 mil euros.

Podemos ainda verificar que apenas a função **Geral** registou um aumento de 6%, sendo que as restantes Funções, **sociais e económicas e outras funções** registaram diminuições na ordem dos 31%, 46% e 2%, respetivamente, face ao ano de 2020.

Abaixo apresenta-se um quadro com os valores registados em 2020 e 2021.

## Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2020
	2 020		2 021			Peso	
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL		
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>80 563,87</b>	<b>37 452,00</b>	<b>97 036,17</b>	<b>27 725,99</b>	<b>124 762,16</b>	<b>4%</b>	<b>6%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração P</b>	<b>48 077,43</b>	<b>19 452,00</b>	<b>59 544,85</b>	<b>9 725,99</b>	<b>69 270,84</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>
1.1.1 Administração geral	48 077,43	19 452,00	59 544,85	9 725,99	69 270,84	2%	3%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>32 486,44</b>	<b>18 000,00</b>	<b>37 491,32</b>	<b>18 000,00</b>	<b>55 491,32</b>	<b>2%</b>	<b>10%</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	32 486,44	18 000,00	37 491,32	18 000,00	55 491,32	2%	10%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>2 163 834,57</b>	<b>254 040,19</b>	<b>1 455 683,38</b>	<b>223 378,08</b>	<b>1 679 061,46</b>	<b>54%</b>	<b>-31%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>1 589 413,95</b>	<b>84 626,30</b>	<b>1 382 481,04</b>	<b>89 800,56</b>	<b>1 472 281,60</b>	<b>47%</b>	<b>-12%</b>
2.1.1 Ensino não superior	1 578 488,20	22 865,51	1 360 816,18	20 015,84	1 380 832,02	44%	-14%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	10 925,75	61 760,79	21 664,86	69 784,72	91 449,58	3%	26%
<b>2.3.0 Segurança e Acção Sociais</b>	<b>329,03</b>	<b>41 644,00</b>	<b>341,94</b>	<b>17 194,00</b>	<b>17 535,94</b>	<b>1%</b>	<b>-58%</b>
2.3.2 Acção social	329,03	41 644,00	341,94	17 194,00	17 535,94	1%	-58%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>172 987,90</b>	<b>700,00</b>	<b>42 634,39</b>	<b>32 070,86</b>	<b>74 705,25</b>	<b>2%</b>	<b>-57%</b>
2.4.1 Habitação							
2.4.2 Ordenamento do território	28 123,39		38 665,21		38 665,21	1%	37%
2.4.3 Saneamento	38 767,14						-100%
2.4.4 Abastecimento de água	85 744,09		34,99		34,99	0%	-100%
2.4.5 Resíduos sólidos	20 240,78		3 934,19		3 934,19	0%	-81%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	112,50	700,00		32 070,86	32 070,86	1%	3847%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e R</b>	<b>401 103,69</b>	<b>127 069,89</b>	<b>30 226,01</b>	<b>84 312,66</b>	<b>114 538,67</b>	<b>4%</b>	<b>-78%</b>
2.5.1 Cultura	22 393,58	96 084,57	3 127,85	76 237,86	79 365,71	3%	-33%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	378 710,11	30 985,32	27 098,16	8 074,80	35 172,96	1%	-91%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>311 764,61</b>	<b>178 620,15</b>	<b>192 874,56</b>	<b>74 353,43</b>	<b>267 227,99</b>	<b>8%</b>	<b>-46%</b>
<b>3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e</b>		<b>125 607,35</b>		<b>18 021,00</b>	<b>18 021,00</b>	<b>1%</b>	<b>-86%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>	<b>976,63</b>		<b>53 151,58</b>		<b>53 151,58</b>	<b>2%</b>	<b>5342%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>256 916,26</b>		<b>123 597,68</b>		<b>123 597,68</b>	<b>4%</b>	<b>-52%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	256 916,26		123 597,68		123 597,68	4%	-52%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>53 871,72</b>		<b>16 125,30</b>		<b>16 125,30</b>	<b>1%</b>	<b>-70%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	2 324,70						-100%
3.4.2 Turismo	51 547,02		16 125,30		16 125,30	1%	-69%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>		<b>53 012,80</b>		<b>56 332,43</b>	<b>56 332,43</b>	<b>2%</b>	<b>6%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>36 482,07</b>	<b>1 035 179,49</b>	<b>7 810,60</b>	<b>1 046 817,98</b>	<b>1 054 628,58</b>	<b>34%</b>	<b>-2%</b>
<b>4.1.0 Operações da Dívida Autárquica</b>		<b>962 146,21</b>		<b>801 078,21</b>	<b>801 078,21</b>	<b>26%</b>	<b>-17%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre Administração</b>		<b>73 033,28</b>		<b>245 739,77</b>	<b>245 739,77</b>	<b>8%</b>	<b>236%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>36 482,07</b>		<b>7 810,60</b>		<b>7 810,60</b>	<b>0%</b>	<b>-79%</b>
<b>Total</b>	<b>2 592 645,12</b>	<b>1 505 291,83</b>	<b>1 753 404,71</b>	<b>1 372 275,48</b>	<b>3 125 680,19</b>	<b>100%</b>	<b>-24%</b>
<b>Diferença 2021 - 2020</b>			<b>-839 240,41</b>	<b>-133 016,35</b>	<b>-972 256,76</b>		

## 3. Principais Medidas Tomadas no âmbito do COVID-19

- ✓ Isenção de pagamento de atividades de Animação e Apoio à Família;
- ✓ Isenção temporária do pagamento de tarifas de água, saneamento e resíduos aos consumidores não domésticos;
- ✓ Prorrogação do prazo de pagamentos – serviços prestados pelo Município;
- ✓ Protocolo Emergência Abem;
- ✓ Realização de testes COVID-19 a funcionários da Autarquia e Juntas de Freguesia;
- ✓ Isenção de taxas de ocupação de espaços públicos para esplanadas;
- ✓ Isenção de taxas para serviço de impressões na biblioteca;
- ✓ Desinfeção de diferentes locais no Concelho com o apoio das Juntas de Freguesia;
- ✓ Acompanhamento e apoio ao Agrupamento de Escolas na adaptação às alterações provocadas pela pandemia COVID 19, de acordo com o Plano de Contingência;



- ✓ Confeção e distribuição de refeições aos alunos incluídos no escalão A e B da Ação Social Escolar;
- ✓ Disponibilização de computadores e dispositivos de acesso à internet aos alunos e acompanhamento da implementação dos equipamentos;
- ✓ Adequação da rede de transportes escolares para garantir o início das atividades letivas no primeiro desconfinamento para alunos do 11º e 12º anos;
- ✓ Adequação das Atividades de Animação e Apoio à Família à modalidade de ensino à distância nos Jardins de Infância;
- ✓ Atividades de promoção de leitura em formato digital;
- ✓ Abertura do acesso ao serviço de empréstimos de livros através da modalidade de take-away – “Biblioteca à Janela”;
- ✓ Apoio no transporte de alunos no âmbito da CPCJ para aulas presenciais.

Município de SardoaL, 19 abril de 2022

O Órgão Executivo

---

---

---

---

---